25 TEMAS DE REDAÇÃO QUE PODEM CAIR NO ENEM 2016

Oi, vestibulando!

Ansioso para o ENEM? Então segura esse frio na barriga e vem conferir um conteúdo especial que preparamos para você nessa reta final: os 25 temas de redação que podem cair no ENEM 2016!

Nesse e-book você encontrará:

- Temas de redação que podem aparecer no Enem
- Redações nota 1000 sobre esses temas

A ideia é que você veja como o tema pode ser explorado na prova, como é que a proposta pode aparecer e como desenvolver uma redação nota 1000 sobre o que foi pedido.

Outra dica importante para você que está se preparando a um mês do ENEM e não tem tempo a perder: se liga no Aulão #12hNerds, uma revisão na véspera do exame com os professores mais fadões de todo esse mundo, grátis e cheia de zoeira!

Confirme presença no Facebook para não se esquecer desse evento que acontece no dia 04 de Novembro! Queremos você lá!

Agora, chega de papo e partiu estudar redação! ;D

Bons estudos!

Descomplica

ÍNDICE

22. Os obstáculos na doação de sangue no Brasil

23. Alimentação irregular e obesidade no Brasil

24. Dengue, Zika, Chikungunya – por que o Brasil não consegue acabar com o Aedes Aegypti?

25. Desastres ambientais – Qual o preço do desenvolvimento?

TEMA 1

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A questão indígena em análise no Brasil atual**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O Brasil, país racista e preconceituoso, sempre demonstrou profundo desprezo pelos povos indígenas. O governo da presidente Dilma Rousseff, pressionado por interesses os mais diversos, foi responsável pelo pior índice de demarcação de terras de todo o período democrático: em cinco anos, ela homologou um total de 3,3 milhões de hectares - o governo Itamar Franco, em apenas dois anos, homologou 5,4 milhões de hectares. O recorde de demarcações pertence ao governo Fernando Henrique Cardoso, que, em dois mandatos, homologou um total de 42 milhões de hectares. O descaso com a questão indígena é a principal causa da violência no campo. De forma ilegal, alicerçados na força das armas e da corrupção, os fazendeiros avançam pelas florestas, derrubando-as para transformá-las em lavoura e pasto. O Brasil aparece como o campeão absoluto de desmatamento no mundo, com perda média de 984 mil hectares de florestas por ano, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

O resultado desse conflito histórico pode ser medido em números: calcula-se que quando os primeiros homens brancos aqui aportaram havia cerca de 5 milhões de índios. Hoje, mais de 500 anos depois, eles não passam de 850 mil, segundo dados do IBGE. Caçados como animais, mortos em guerras bacteriológicas, expulsos para longe de seus domínios, confinados em pequenas reservas, os indígenas foram vítimas de um verdadeiro genocídio, que extinguiu etnias, línguas, culturas. E, o mais inacreditável, em pleno século XXI continuam sendo perseguidos e tendo seus direitos básicos desrespeitados, por conta da omissão do Estado, que no Brasil, antes de ser expressão de aspirações coletivas, é fortaleza de interesses privados.

De acordo com relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 2014 foram assassinados 138 índios, a maioria decorrente de conflitos com invasores de seus territórios. A omissão do Poder Público foi também responsável pelo

falecimento de 21 índios adultos por falta de acesso ao sistema de saúde – uma doença comum como a gripe, por exemplo, é responsável por 15,3% das mortes entre índios adultos. A mortalidade infantil entre a população indígena atinge índices inaceitáveis: 41,9 crianças mortas por mil nascidas vivas, quando a média nacional é a metade, 22 crianças mortas por mil nascidas vivas. Além disso, números da DataSUS mostram que a principal causa de óbito entre crianças indígenas de até 9 anos de idade é a desnutrição – esse grupo representa, sozinho, 55% do total das mortes por desnutrição no Brasil.

Menosprezados, desassistidos, abandonados, o índice de suicídio entre os indígenas alcança proporções alarmantes. Dados recolhidos no Mapa da Violência do Ministério da Saúde expõem que enquanto a média do Brasil é de 5,3 suicídios por 100 mil habitantes, a incidência entre os indígenas atinge uma média de nove suicídios para cada 100 mil habitantes, podendo chegar, em alguns municípios da região Norte, a 30 suicídios por 100 mil habitantes. Um estudo da ONU afirma que o suicídio entre jovens indígenas ocorre em um contexto de discriminação, marginalização, colonização traumática e perda das formas tradicionais de vida, que forjam um sentimento de isolamento social.

Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/13/actualidad/1468422915_764996.html

Texto 2

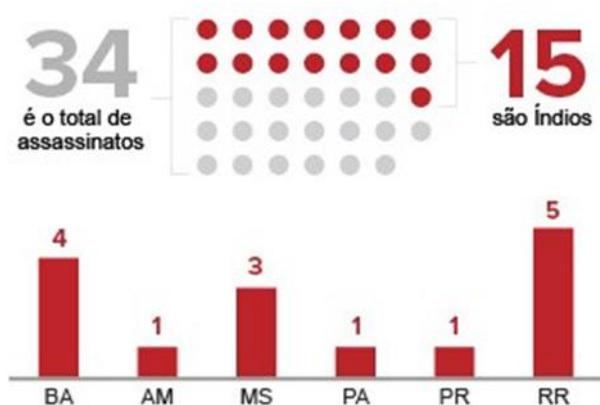
Responsável pela demarcação do que ainda resta de terras indígenas no país, a Funai (Fundação Nacional do Índio) vem sofrendo seguidos cortes orçamentários desde 2011, além de atuar com somente 36% da sua capacidade total de servidores.

De acordo com dados da própria Funai, aproximadamente 30% das terras indígenas ainda não foram demarcadas no país, o que representa 204 terras pendentes e 700 já homologadas.

Em 2016, por exemplo, o orçamento geral autorizado, de R$ 653 milhões, teve redução de 23% em relação a 2015, o que equivale a R$ 150 milhões a menos em caixa – o maior corte anual desde 2006. "A gente que é do movimento indígena sabe que o governo não vem dando condições para que a Funai faça o seu trabalho direito", diz Suluene Guajajara, do povo guajajara, da terra indígena Arariboia, no Maranhão.

Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782194-funai-perde-23-do-orcamento-e-opera-so-com-36-dos-servidores.shtml

Texto 3

Texto 4

MODELO DE REDAÇÃO

Na tão lembrada Carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão mais famoso da nossa história contava sobre a presença de um povo que, sob os olhares europeus de soberania, precisava ser civilizado: os índios. Estamos enganados, porém, se pensamos que não herdamos esse olhar, e que convivemos com esse povo de maneira diferente. Nossos colonizadores fizeram o trabalho sujo do genocídio, mas nós contribuímos para que a situação não pudesse ser revertida. Os povos indígenas, então, uma vez despidos de voz e terra, continuam, dia após dia, sendo dizimados. É preciso fazer o caminho inverso ao que trilhamos um dia e repensarmos a nossa posição de soberania.

Em primeiro lugar, é necessário encarar o fato de que nós, os brasileiros do século XXI, ainda pensamos como os portugueses do século XVI quando subjulgamos a cultura indígena, considerando-os selvagens e colocando em segundo plano a sua participação na sociedade. Desse modo, nos colocamos como centro, e a eles como bárbaros, mais de 300 anos após a colonização. Prova disso é o fato de classificarmos, popularmente, nossa língua como oficial, enquanto as deles são dialetos, assim como a nossa cultura é classificada rica e civilizada, enquanto a deles é considerada folclore por muitos de nós.

A questão cultural não é, contudo, o único problema. Além de tudo, os índios brasileiros ainda têm de lutar pela terra. Isso porque a bancada ruralista do nosso país vem tomando terras indígenas para alocar sua atividade comercial – a agricultura e a pecuária. Essa situação vem dizimando muitas tribos e impedindo o avanço de qualquer tentativa do governo brasileiro ou de ONGs que atuem na causa indígena, de assegurar o direito de existência desses povos. Há alguns anos escutamos falar da tribo Guarani-Kaiowá, que é um dos inúmeros exemplos de tribos indígenas que perderam grande parte das terras e que ainda realizam trabalho escravo nos grandes latifúndios dos ruralistas Brasileiros como tentativa de sobrevivência.

Essa é, portanto, uma situação que não podemos mais sustentar. Encarar os índios como intrusos, negando-os terra, voz e identidade, não pode mais ser uma prática da nossa sociedade. É preciso que nós lutemos e agreguemos à luta dos povos indígenas pela sobrevivência. Para tanto, é necessário que, primeiramente, o governo impeça a agricultura e a pecuária de avançar para essas terras, garantindo a vida e o sustento desses povos. Uma vez tendo esses direitos básicos garantidos, fica mais fácil conservar e difundir sua cultura através dos trabalhos das ONGs brasileiras. Assim, sanaremos a divida dos nossos colonizadores, devolveremos a casa aos inquilinos, e garantiremos que todo dia voltará a ser dia do índio.

TEMA 2

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os limites da liberdade de expressão no mundo contemporâneo**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Recentemente um amigo postou uma piada em seu mural do Facebook. Fiz um comentário no post dele, remetendo a uma situação da época em que trabalhamos juntos. Imediatamente um rapaz postou um comentário extremamente ríspido em resposta à minha brincadeira, sendo que ele sequer tinha como entender o significado da mesma, por desconhecer a situação que a gerou. Respondi em tom ameno, o que foi rebatido com novo comentário que, dessa vez, foi ainda mais grosseiro. Respirei fundo e respondi que o espaço em específico do post era para brincadeiras e não para alfinetadas. Além disso, eu não o conhecia e, em se tratando disso, gostaria que as formalidades e respeito fossem mantidos. Nova resposta do sujeito, que dessa vez conseguiu se superar na falta completa de noção de *fair play*, limite, cordialidade e respeito a uma desconhecida (eu, no caso) e também ao seu próprio amigo (o amigo em comum).

Minha opção foi apagar meus comentários e enviar mensagem privada ao amigo que o sujeito e eu temos em comum, citando que considerei deselegante a atitude do rapaz e que em respeito a ele (meu amigo) eu não iria seguir a discussão, afinal, não se tratava do meu mural, do meu espaço. O amigo em questão respondeu que considerou minha atitude correta, e então falamos um pouco sobre essa onda de liberdade não dada que está assolando as redes.

Então, pergunto: que liberdade é essa que as pessoas tomaram ao atravessar conversas entre A e B, falar tudo o que pensam muitas vezes sem entender o que está sendo dito por outras pessoas, xingar, ser mal-educadas, agressivas, intolerantes? As redes sociais não deixam de ser extensões de nossos espaços reais, e eu me sinto invadida e incomodada com alguns comentários e atitudes que certas pessoas tomam, ainda mais pessoas que não conheço. Por certas vezes, qualquer um de nós pode ultrapassar algum limite sem perceber e, ok, fatos isolados podem ser perdoados. Mas a constância desse tipo de comportamento não é legal e pode indicar até mesmo algum tipo de transtorno psíquico.

Liberdade com os outros, assim como a própria, se conquista. Se não dei, não tome. Se sinalizei o limite, não insista. Espaço e respeito, virtual ou não, todo mundo quer o seu e precisa saber conviver com o dos outros. É a velha máxima do "seu espaço termina onde inicia o meu", lembram?

Disponível em: http://sweetestpersonblog.com/2012/04/12/limite-e-respeito-nas-redes-sociais/. Acesso em 21 jan 2015 (adaptado).

Texto 2

O silêncio desapareceu na esquina da irracionalidade com a intolerância, no cruzamento do cinismo com a cara de pau. Deu lugar à hiperinflação das opiniões raivosas, dos julgamentos sumários, das explicações esdrúxulas. Aquela, acredite, é pior que a escalada frenética dos preços, velha conhecida dos brasileiros, sepultada há duas décadas. A cobiçada visibilidade nas redes sociais ou a mera incapacidade de emudecer detonaram o movimento. E a barulheira se espalhou. O habitual já não é a contrição, mas o falatório. Ao fim da semana de tristezas enfileiradas, #ficaadica: é preciso o silêncio. Diante do inexplicável, que venham o olhar solidário, o calar respeitoso.

Não é caso de um minuto, mas de horas, quem sabe, dias de silêncio. A vontade de opinar instantaneamente exterminou a discussão cordial, o debate embasado. E momentos dramáticos tornam-se campeonatos de grosseria, ralis de vergonha alheia. No raiar de 2015, exemplos se sucedem. Quarta-feira passada, em Paris, homens armados de AK-47 adentraram a redação do semanário "Charlie Hebdo", fuzilaram uma dúzia de pessoas, entre jornalistas e policiais; feriram outras 11. Uma França aturdida fez um minuto de silêncio no dia seguinte. A Internet não se calou um segundo.

Montado o ringue, a rede mundial pôs de um lado os radicais da liberdade; de outro, o esquadrão da relatividade. Foi um Fla-Flu de ofensas. A obsessão pelo confronto aniquilou o diálogo, fez desaparecer a busca pelo consenso. Caiu em desuso o ditado que ensina: "Melhor ouvir tal coisa do que ser surdo". Nos dias de hoje, só interessa falar.

Na Babel das redes sociais, a gentileza foi soterrada. Bastou um escrever #JeSuisCharlie (#EuSouCharlie), slogan da corrente de luto pelos chargistas mortos, para outro devolver com um #Nãosouetenhoraivadequemé. No lugar de argumentações civilizadas, imperou o mesmo festival de agressões que, nas eleições de 2014, semeou o ódio e destruiu amizades.

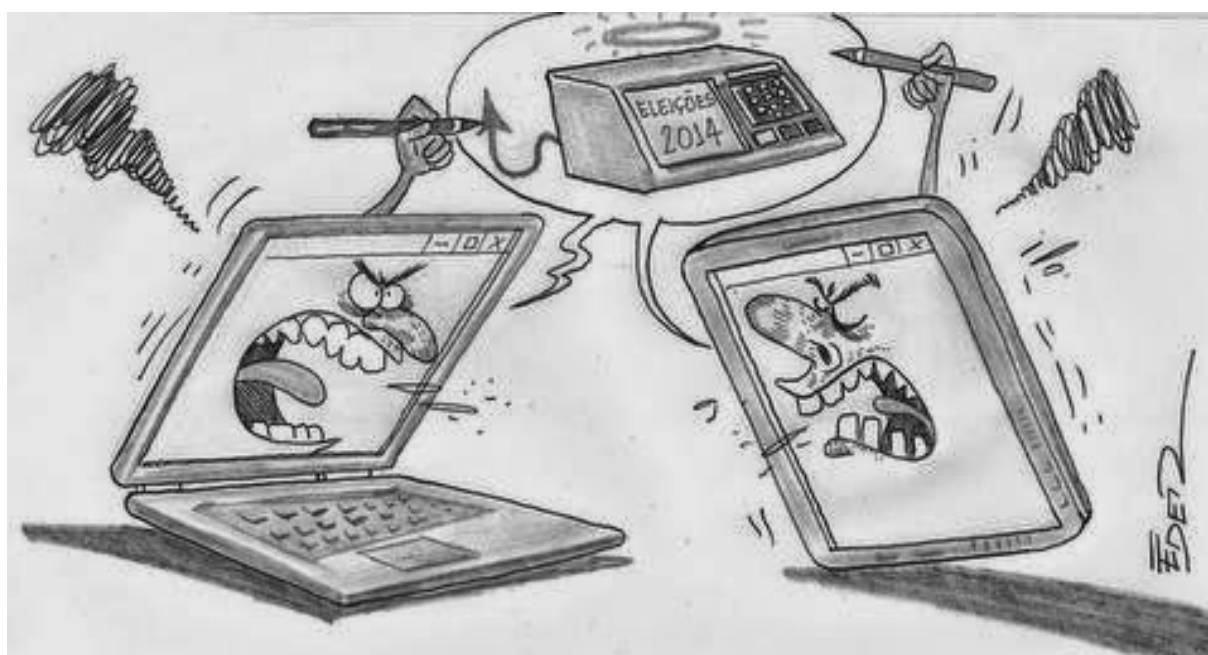
Sim, é legítimo defender com paixão a liberdade de expressão, bem como se indignar com uma charge, uma frase, uma criação artística considerada de mau gosto ou ofensiva. Não é incomum o humor resvalar para interpretações racistas,

homofóbicas, machistas ou de intolerância religiosa. Cabe de um tudo no pote de mágoas.

Há uma gama de reações ao alcance de quem se sentir desrespeitado. O leque inclui de campanhas de protesto a boicote comercial, de pressão sobre patrocinadores a medidas judiciais. Tampouco sobram razões para defender a livre expressão do pensamento. Mas nada justifica, em nenhum dos lados do debate, as ofensas pessoais, a brutalidade difamatória, a violência física ou, como na tragédia francesa, os homicídios em série. (...) Quando não há nada de bom a ser dito, o silêncio é sagrado.

Disponível em: http://oglobo.globo.com/sociedade/sagrado-silencio-15019891. Acesso em 21 jan 2015 (adaptado).

TEXTO 3

Disponível em: https://espacoacademico.files.wordpress.com/2014/11/guerra-redes-sociais.jpg.

MODELO DE REDAÇÃO

Educar sem desarmar

A eleição presidencial de 1989 ficou marcada pelo fervoroso embate entre os candidatos Brizola e Maluf. As ofensas herdadas do período ditatorial permaneceram ao longo de todos os encontros e chegaram à boca do povo. 25 anos depois, nada foi diferente: os debates presidenciais mostraram o quanto as palavras podem definir posições, e, desta vez, não chegaram só à boca do povo, mas também aos dedos, às redes sociais. Diante da falta de respeito em qualquer assunto e local, é válido refletir: há mesmo limites na liberdade de expressão no mundo de hoje?

Em primeiro lugar, para entender esse problema, é necessário analisar suas causas. Resultado de uma sociedade que dá espaço para a manifestação dos anônimos, o que se pensa tem sido refletido na fala sem qualquer edição, ou seja, o "pensar duas vezes antes de falar" já não faz mais sentido. A Internet e as redes sociais têm alimentado o debate anônimo e, consequentemente, a manifestação de ideias sem enxergar o respeito ao próximo chegou aos debates. Um exemplo claro disso está nas próprias eleições presidenciais, quando amizades se desfizeram como resultado de opiniões divergentes. O problema, porém, não se resume só ao espaço virtual.

Não se atendo à Internet, a opinião sem medições chegou às ruas. A campanha dos adesivos, dos debates em universidades, das manifestações e os atentados a jornais considerados desrespeitosos – e, com eles, uma chuva de mais opiniões e posições ofensivas – provaram que o respeito ao próximo já não é mais limite para a liberdade de expressão. Com isso, o posicionamento de grupos midiáticos se tornou mais firme – e reconhecível – e as divisões de ideias ficaram mais claras. Em um cenário de perda do respeito, é impossível não perceber que a liberdade de opinião, nos dias de hoje, se tornou uma arma.

Diante de uma sociedade que atira no outro sem pensar nos efeitos desse tiro, é importante planejar soluções que busquem não desarmar – o que seria censura, ferindo os direitos de expressão –, mas educar, de forma que cada palavra seja consciente e busque um debate produtivo. Em um primeiro plano, as instituições de ensino, em parceria com as ONGs, podem ajudar nisso, promovendo palestras, discussões e até projetos que envolvam a questão da consciência na manifestação de ideias. Além disso, a mídia e o poder público, juntos, podem trabalhar a temática e suas consequências em novelas, programas de TV e campanhas publicitárias. Assim, poderemos, finalmente, educar sem precisar desarmar e evitar que debates como os de 1989 e 2014 se repitam no Brasil e no mundo.

TEMA 3

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A intolerância religiosa em discussão no Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Depois da II Guerra Mundial, a ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que colocava em pauta o "respeito universal e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião". O ideal foi reforçado em 1999, ano em que líderes budistas, protestantes, católicos, cristãos ortodoxos, judeus, muçulmanos e de várias outras religiões se reuniram para assinar o Apelo Espiritual de Genebra. O documento pedia aos líderes políticos e religiosos algo simples: a garantia de que a religião não fosse mais usada para justificar a violência. Passados muitos anos e outras muitas tentativas de garantir a liberdade religiosa, grande parte dos conflitos que hoje acontecem no mundo ainda envolve crenças e doutrinas, que se misturam a uma complexa rede de fatores políticos, econômicos, raciais e étnicos.

Disponível em: http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/7-conflitos-atuais-causados-por-diferencas-religiosas/

Texto 2

Texto 3

A intolerância religiosa é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a diferentes crenças e religiões. Em casos extremos esse tipo de intolerância torna-se uma perseguição. Sendo definida como um crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana, a perseguição religiosa é de extrema gravidade e costuma ser caracterizada pela ofensa, discriminação e até mesmo atos que atentam à vida de um determinado grupo que tem em comum certas crenças.

As liberdades de expressão e de culto são asseguradas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal. A religião e a crença de um ser humano não devem constituir barreiras a fraternais e melhores relações humanas. Todos devem ser respeitados e tratados de maneira igual perante a lei, independente da orientação religiosa.

Além de separar governo de religião, a Constituição Federal também garante o tratamento igualitário a todos os seres humanos, quaisquer que sejam suas crenças. Dessa maneira, a liberdade religiosa está protegida e não deve, de forma alguma, ser desrespeitada.

É importante salientar que a crítica religiosa não é igual à intolerância religiosa. Os direitos de criticar dogmas e encaminhamentos de uma religião são assegurados pelas liberdades de opinião e expressão. Todavia, isso deve ser feito de forma que não haja desrespeito e ódio ao grupo religioso a que é direcionada a crítica.

Adaptado de: http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1041:intoleranciareligiosa&catid=231:crimesdeodio

Texto 4

As denúncias de discriminação religiosa recebidas pelo Disque 100 (Disque Direitos Humanos) atingiram no ano passado seu maior número desde 2011, quando o serviço passou a receber esse tipo de denúncia.

Foram 252 casos reportados em 2015 ao serviço da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal. Houve um aumento de 69% em relação a 2014, quando foram registradas 149 denúncias.

O Disque 100 passou a receber denúncias sobre casos de intolerância religiosa em 2011. Foram então 15 queixas. Em 2012 o número subiu para 109, e em 2013 foram 231. As estatísticas foram divulgadas nesta quinta-feira (21), em cerimônia na Secretaria de Direitos Humanos para marcar o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, comemorado nesta data.

Os Estados do Sudeste (veja abaixo a lista) concentram 42,8% das queixas recebidas de todo o país.

A presidente da Fundação Cultural Palmares, Cida Abreu, afirma que a origem dos casos de intolerância religiosa é o preconceito contra as religiões africanas. "A intolerância não é só religiosa. Quando você tem intolerância religiosa você na verdade tem intolerância à cultura de um povo. E a vitima no Brasil hoje é a matriz africana", disse, durante debate no evento para a divulgação dos dados.

Adaptado de: http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/01/21/n-de-denuncias-de-intolerancia-religiosa-no-disque-100-e-maior-desde-2011.html

Texto 5

Insultos, cusparadas, pedradas e ameaças de morte são algumas das denúncias de agressões contra muçulmanos no Rio de Janeiro nos últimos meses.

Depois dos adeptos das religiões de matriz africana, os seguidores do islã são os que mais sofrem com a intolerância religiosa no estado, segundo o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social. Desde janeiro, pelo menos uma denúncia é recebida mensalmente. A estimativa é que haja 2 mil muçulmanos vivendo no Rio.

O preconceito também é um obstáculo para as mulheres no mercado de trabalho. Ana Carolina passou por cinco entrevistas e em todas a retirada do véu durante o trabalho era pré-condição para a contratação. “Fiz vários cursos de especialização em secretariado executivo e sou fluente em inglês. As pessoas gostam do meu currículo, mas querem que eu tire o véu, mesmo eu afirmando que ele não atrapalha meu desempenho. Para mim, é como seu tivesse de trabalhar de sutiã. O véu não é um acessório para a cabeça.”

Adaptado de: http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/mulcumanos-estao-entre-principais-vitimas-de-intolerancia-religiosa

MODELO DE REDAÇÃO

O voo do condor

Desde a primeira fase do Romantismo, os poetas já buscavam a construção de uma identidade nacional, retratando em suas obras a extensão do território brasileiro, suas belezas e suas diversidades tendo como personagens principais o índio, o branco europeu e o negro, que trouxeram para o país suas culturas, crenças e religiões, evidenciando a mestiçagem do povo. Dessa forma, é incoerente pensar como um país tão miscigenado tem preconceitos históricos tão enraizados com a questão religiosa.

É cada vez mais comum encontrarmos nos jornais notícias e reportagens relatando atitudes hostis decorrentes da intolerância religiosa. As divergências levam um ser humano inconformado com a crença de outro a tentar impor as suas ideologias, embasado pelo pensamento de superioridade de determinada religião. Dessa maneira, tornaram-se frequentes os casos de violências verbais e agressões físicas, em todo o território nacional. Prova disso foi o que ocorreu a uma menina de apenas onze anos: devido ao fanatismo religioso de determinado grupo, ela foi apedrejada após sair de um terreiro de Candomblé, no Rio de Janeiro.

Diante do caos instaurado pela intolerância religiosa, foi preciso criar meios para combater e criminalizar essas ações de desrespeito. Fez-se necessária a criação de uma lei que busca proteger cultos religiosos de matriz africana, os quais são mais discriminados no Brasil. Além disso, estipulou-se o dia 21 de janeiro como o "Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa", como forma de conscientização da população, pois todas as pessoas e suas respectivas religiões merecem proteção e respeito. Segundo o poeta francês Victor Hugo, "a tolerância é a melhor das religiões", e, por isso, em um país tão cheio de diversidades, não cabe julgar, discriminar ou hostilizar a fé alheia.

Fica evidente, portanto, que nenhuma religião é superior a outra e é papel do Estado garantir a liberdade de escolha como forma indispensável no regime democrático, fazendo valer a laicidade da nação, preservando os direitos fundamentais dos cidadãos. Por sua vez, as escolas devem ampliar a discussão sobre a tolerância às diferenças, promovendo debates e palestras que tratem da pluralidade cultural e religiosa existente em nosso país. Dessa maneira, inspirados pelos ideais de liberdade e igualdade propagados pela geração condoreira do movimento romântico, honraremos o nosso título de povo miscigenado.

TEMA 4

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A xenofobia em discussão no século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O fenômeno da xenofobia está de volta. Ou ele nem sequer foi superado? Normalmente só se discute sobre isso quando um perigo emergente já se torna tão perceptível que a situação possa vir a piorar. Até então, costuma-se acreditar que esse problema seja coisa passada e que a discriminação nos últimos anos tenha diminuído. Mas a realidade, que novamente confirma o caráter contraditório da existência humana, demonstra que a história não necessariamente ruma numa direção positiva, como se quer acreditar, mas que avanços contrastam com recuos. Idéias que se tinha como fora de moda, absurdas e retrógradas, podem novamente vir a ser atuais e modernas. Isso significa que as ideais não morrem pelo simples decurso do tempo e que, em conformidade com o espírito de uma época, podem retornar.

Disponível em:
http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli1.htm

Texto 2

As denúncias de xenofobia em todo o Brasil cresceram 633% em 2015 em relação a 2014. Foram 330 casos registrados recebidos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, pela plataforma Disque 100. Em 2014, foram 45 denúncias. Nos dois anos anteriores, o governo federal tinha o registro de apenas dois casos. O Humaniza Redes, que recebe denúncias online de xenofobia, registrou no mesmo período 269 crimes. Os dados não podem ser analisados de maneira integrada, mas, caso somados, seriam 599 denúncias em 2015.

Na Justiça, o movimento é inverso. A xenofobia é um tipo de crime praticamente invisível aos olhos dos juristas. O HuffPostBrasil fez um levantamento nos 26 judiciários estaduais e no Distrito Federal e identificou apenas três casos de preconceito xenofóbico: um em São Paulo, outro no Rio Grande do Sul e um terceiro na Paraíba. As três causas já foram julgadas em primeira instância, e

nenhum dos réus foi condenado. A maioria das denúncias, no entanto, nem chega à mesa de um juiz. O medo e o desconhecimento das vítimas sobre seus direitos tornam o crime cada dia mais silencioso.

Em 2015, são os refugiados os principais alvos do preconceito xenófobo. Os números da Secretaria Especial de Direitos Humanos mostram que os haitianos são a maioria das vítimas (26,8%), seguidos por pessoas de origem árabe ou de religião muçulmana (15,45%). Segundo o ex-secretário de Direitos Humanos Rogério Sottili, "a abertura do Brasil para receber refugiados foi o principal motivo para um crescimento desenfreado desse tipo de crime".

Esse aumento anda em conjunto com o movimento de chegada de novos migrantes ao Brasil. Nos últimos quatro anos, o número de refugiados praticamente dobrou, passando de 4,2 mil, em 2011, para 8,4 mil no ano passado, segundo dados do Comitê Nacional dos Refugiados (Conare).

Adaptado de: http://www.brasilpost.com.br/2016/06/20/xenofobia-brasil-justica_n_10558742.html

Texto 3

O Reino Unido registrou, desde o anúncio da vitória do Brexit, no referendo da quinta-feira da semana passada sobre a permanência ou não na União Europeia (UE), alguns episódios racistas, em parte por conta da ideia de que há muitos estrangeiros no país.

O departamento da polícia que se ocupa dos crimes racistas e de ódio nas redes sociais, recebeu 57% a mais de denúncias entre quinta-feira e domingo, segundo informou o Conselho Nacional de chefes de polícia. "Estamos chocados e profundamente preocupados com os recentes episódios de insultos xenofóbicos contra a comunidade polonesa e outros residentes no Reino Unido de origem imigrante", afirma a embaixada em um comunicado. "A embaixada polonesa está em contato com as instituições relevantes e a polícia local já investiga os dois casos mais comentados, em Hammersmith, Londres, e em Huntingdon, em Cambridgeshire", completa a nota oficial.

A porta do Centro Cultural Polonês de Londres, fundado em 1964 no bairro de Hammersmith, foi alvo de pichações ofensivas.

Parte dos eleitores pró-Brexit afirmam que há muitos imigrantes no país. A comunidade polonesa no Reino Unido é a mais numerosa dos países da UE, com 654.000 membros, de acordo com o censo de 2011.

"Esta manhã nos surpreendeu e entristeceu muito encontrar um grafite realmente desagradável na fachada de nosso edifício", afirmou no domingo a presidente do centro cultural, Joanna Mludzinska. Ao mesmo tempo, ela se

declarou "muito comovida e agradecida" com as demonstrações de apoio, incluindo a do deputado da circunscrição do centro cultural, o conservador Greg Hands. Hands escreveu nas redes sociais que os poloneses "são muito bem-vindos no Reino Unido" e recordou o papel dos pilotos poloneses na batalha aérea da Inglaterra, na Segunda Guerra Mundial.

O outro incidente investigado pela polícia, segundo a embaixada, diz respeito aos folhetos espalhados por Huntingdon, sul da Inglaterra, uma área com muitos imigrantes poloneses, com pedidos para que retornem a seu país após o referendo e que chamam os migrantes de “praga".

Disponível em: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/06/reino-unido-registra-episodios-de-xenofobia-pos-brexit-6218193.html

Texto 4

MODELO DE REDAÇÃO

O conceito de identidade nacional é muito importante para qualquer cidadão, pois expressa sentimentos que fazem um indivíduo se sentir integrado a uma determinada nação. Entretanto, é por meio da alteridade – o reconhecimento subjetivo no contato com o "outro" – que surgem problemas relacionados à convivência de diversas etnias e culturas. Dessa forma, a aversão ao estrangeiro toma conta do cenário mundial evidenciando inúmeras manifestações xenofóbicas.

Embora o Brasil tenha sido construído por raízes africanas, europeias e indígenas, o cenário também apresenta traços de preconceito. Nas eleições presidenciais de 2014, eleitores frustrados pela decisão eleitoral publicaram mensagens preconceituosas, por meio do Twitter, pedindo a separação do país em estados do Sul e do Norte devido à média de votos para um determinado candidato em cada região. Dessa forma, observa-se que a xenofobia não é apenas a aversão ao estrangeiro, mas também o temor ao que é incomum ao ambiente de outros, em oposição a Fernando Pessoa, quando disse que "minha pátria é a língua portuguesa", imaginando que pudesse haver um sentimento de pertencimento a uma mesma cultura por meio da língua que os une.

Já na corrida eleitoral estadunidense, a situação se diferencia em alguns aspectos do território tupiniquim. Após os atentados de 11 de setembro, os Estados Unidos iniciaram uma guerra ao terror contra o Iraque que gerou uma aversão ao islã, a chamada islamofobia. Porém, no cenário atual, o candidato à presidência da república, Donald Trump, tem apresentado uma nova guerra em suas campanhas, não mais ao terror e sim ao imigrante, com a proposta de construir um muro entre os EUA e México para conter imigração ilegal. Devido a esse fato, vários artistas hollywoodianos têm feito campanhas para a ida dos cidadãos norte-americanos às urnas contra o republicano.

Fica evidente, portanto, que a xenofobia é um problema endêmico presente em diversos países independente de suas condições financeiras ou culturais. Sendo assim, o Ministério da Educação brasileiro deve investir na inclusão do estudo do folclore brasileiro e das literaturas africanas de Língua Portuguesa no currículo básico das crianças e adolescentes para aprenderem sobre a diversidade cultural presente no extenso território brasileiro. Além disso, a mídia também deve abordar a diversidade cultural presente no Brasil devido ao fácil acesso de informações para a maioria das pessoas. Somente dessa forma, Fernando Pessoa poderá se alegrar com a construção do sentimento de pertencimento dentro da cultura brasileira e a diminuição do preconceito.

TEMA 5

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O homicídio de jovens negros em discussão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Matou-se mais no Brasil do que nas doze maiores zonas de guerra do mundo. Os dados são da Anistia Internacional no Brasil e levam em conta o período entre 2004 e 2007, quando 192 mil brasileiros foram mortos, contra 170 mil espalhados em países como Iraque, Sudão e Afeganistão.

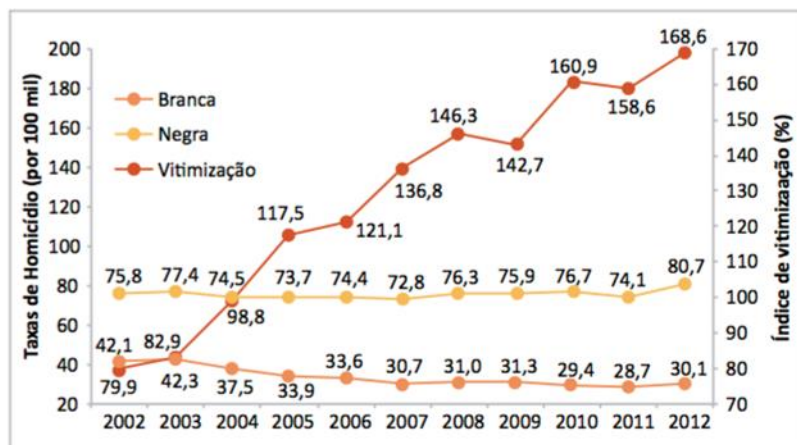
Os números surpreendem e são um reflexo de uma "cultura de violência marcada pelo desejo de vingar a sociedade", conta Atila Roque, diretor-executivo da base brasileira da Anistia Internacional. De acordo com os últimos levantamentos feitos pelo grupo, 56 mil pessoas foram assassinadas em solo brasileiro em 2012, sendo 30 mil jovens e, entre eles, 77% negros.

Esses índices, segundo ele, são resultado de uma política de criminalização da pobreza e de uma indiferença da sociedade em torno de um "genocídio silenciado" que muitas vezes fica impune. "Entre 5 e 8% dos homicídios no Brasil chegam a virar processo criminal. Então, na verdade, matar no Brasil virou um crime quase que impune", afirma Roque. "Ou seja, processos sobre os homicídios também são seletivos."

Do outro lado desse processo, o racismo introjetado nos profissionais de segurança pública explica a alta mortandade da população negra. Para Roque, esses policiais são vítimas do mesmo preconceito que reproduzem. "Essa sociedade que constrói uma visão estereotipada sobre sua população, em particular a jovem negra de periferia, vê o policial como parte desses cidadãos de segunda classe", argumenta.

Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html

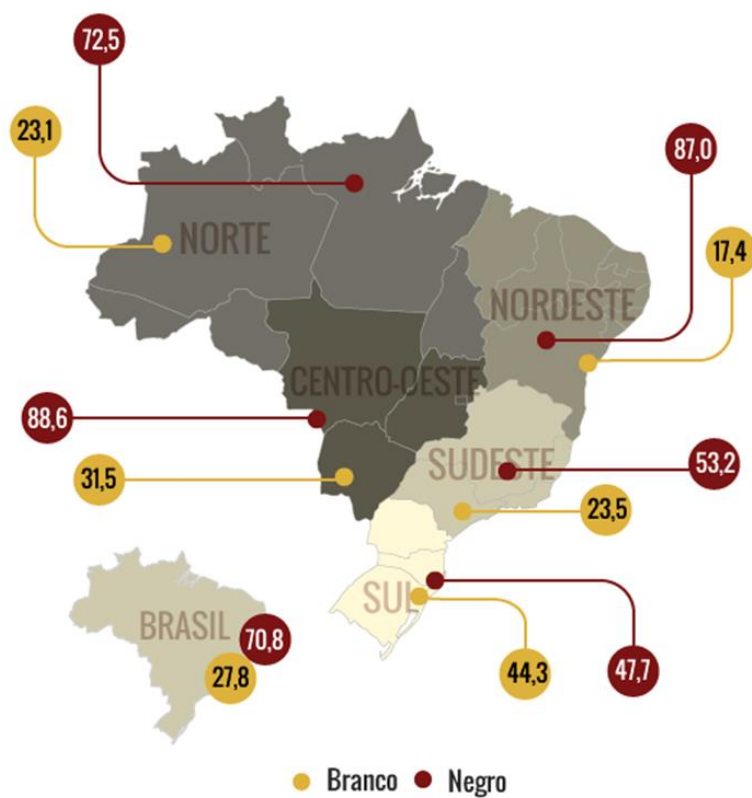
Texto 2

Taxas de homicídio branco e negro e vitimização* negra. População Jovem 2002/2012.

Fonte: SIM/SVS/MS.

*A vitimização negra resulta da relação entre as taxas brancas e as taxas negras. Assim, em determinado ano, se a vitimização negra foi de 73,0%, significa que, proporcionalmente, morreram 73,0% mais negros que brancos. Em valor zero indica que morrem proporcionalmente o mesmo número de brancos e de negros. Valores negativos indicam que morrem, proporcionalmente, mais brancos que negros.

Mapa da Violência 2014.
Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf

Texto 3

Taxa de homicídio entre jovens por raça/cor.
Brasil e regiões. 2012.

Fonte: IVJ - Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012 / Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Texto 4

ENTRE OS
JOVENS MORTOS
NO BRASIL,
A MAIORIA SÃO
NEGROS
HOMIÍCIOS DE JOVENS NO BRASIL, POR RAÇA/COR
2012, EM PERCENTUAL
23% BRANCOS
77% NEGROS
93%
dos jovens vítimas
DE HOMICÍDIO
são homens
EVOLUÇÃO DE HOMIDÍCIOS POR COR
EM MIL PESSOAS, NO BRASIL DE 2002 A 2012
NEGROS
BRANCOS
25000
20000
15000
10000
5000
0
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
EM 10 ANOS
os homicídios entre os
JOVENS BRANCOS
diminuíram
32,3%
enquanto entre
JOVENS NEGROS
aumentaram
32,4%
Mais chocante que esta realidade,
SÓ A INDIFERENÇA. VOCÊ SE IMPORTA?
Queremos ver os jovens vivos. Chega de homicídios!
JOVEM NEGRO VIVO
Participe da campanha Jovem Negro Vivo.
Assine o manifesto no site
anistia.org.br
ANISTIA INTERNACIONAL
Fonte: Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil – Julio Jacobo Waiselfisz

MODELO DE REDAÇÃO

Pouco antes do Período Abolicionista, o autor condoreiro Castro Alves já denunciava em sua poesia a condição de marginalização e indiferença a direitos sociais a que os negros estavam submetidos. Hoje, após 128 anos de Abolição, ainda vivemos em uma sociedade com resquícios escravocratas e que desqualifica a dor de inúmeros jovens negros que morrem todos os dias no Brasil por conta da criminalização da pobreza.

Primeiramente, a violência é reflexo do processo histórico brasileiro. No período colonial, os portugueses usufruíram da imposição para repreender e disseminar o poder sobre as minorias. Neste sentido, a agressão de grupos que, historicamente, tiveram menores oportunidades democráticas tornou-se naturalizada e contribuiu, inclusive, para a criação de estereótipos. Um triste exemplo disso ocorreu ao final de 2015, quando cinco jovens negros saíram de carro para comemorar o 1º salário de um dos amigos e foram confundidos com criminosos, recebendo mais de cem tiros dos policiais. Tal fato é alarmante, pois, de 30.000 jovens que são vítimas de homicídios por ano, 77% são negros.

Além disso, os meios de comunicação dificilmente relatam com a dada importância o genocídio aos jovens negros. A música da cantora Elza Soares já dizia: a carne mais barata do mercado é a carne negra. A criminalização desse público juvenil ocorre todos os dias e a mídia retrata os casos de violência de forma isolada, silenciando, ainda mais, os problemas socioeconômicos existentes. Em contrapartida, noticiários sobre o homicídio de jovens brancos, em sua grande maioria, tornam-se assuntos principais de reportagens e são tratados com comoção pela mídia, deixando explícita a reação de indiferença do meio midiático à situação de vulnerabilidade social vivida pela população negra.

É notória, portanto, a falta de empatia e medidas sociais para diminuir drasticamente a condição do jovem negro no Brasil. Para isso, é papel da escola, como formadora cidadã, ensinar sobre a cultura negra e discutir sobre o racismo a fim de combater estereótipos. Também, é fundamental que a mídia, com seu poder persuasivo, retrate de forma humana a realidade do público negro e crie campanhas publicitárias de conscientização sobre a necessidade de exterminar essa violência enraizada, deixando de naturalizar, assim, a indiferença ao tratamento dado aos homicídios dos negros. Ademais, é preciso uma reformulação na segurança pública para garantir o bem-estar do cidadão e punir rigorosamente os policiais que desrespeitarem os direitos humanos. Só assim, as denúncias feitas por Castro Alves, no século XIX, ficarão no passado.

TEMA 6

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A família contemporânea e sua representação em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Acompanhar e registrar as mudanças da família brasileira tem sido um grande desafio para o IBGE. O Censo de 2010 listou 19 laços de parentesco que se formaram, contra 11 em 2000. Os lares modernos somam 28,647 milhões, ou seja, 28.737 a mais que a formação clássica. O estudo concluiu que a família brasileira se multiplicou, deixando para trás o modelo convencional de casal com filhos. As combinações são as mais diversificadas possíveis e proporcionais ao desejo de encontrar a felicidade em uma relação a dois. A partir desse conceito, encontramos os casados que residem em casas separadas e as crianças que moram em duas casas diferentes; as famílias homoafetivas, que já representam 60 mil e são oficializadas do ponto de vista legal, e sendo a mulher representante de 53,8% dos lares nesse arranjo familiar; as mulheres que vivem sozinhas e representam cerca de 3,4 milhões em todo país; há ainda 3,5 milhões de homens na mesma situação; além das 10,197 milhões de famílias em que só há mãe ou pai; e tem ainda aquelas pessoas que dividem o mesmo teto, mas não têm nenhum laço familiar e se unem por uma conveniência financeira, apenas para dividir o aluguel, são os chamados "conviventes" e representam 400 mil lares.

Disponível em: http://www.jb.com.br/pais/noticias/2014/01/02/seculo-21-em-acao-novas-familias-constroem-uma-sociedade-alternativa/. Acesso em 23 fev 2015 (trecho).

Texto 2

AMARAL, Tarsila do. A Família. 1925. Óleo sobre tela, 79 cm X 101,5 cm. Coleção Torquato Saboia Pessoa, SP.

Texto 3

O desenvolvimento de instituições modernas do Estado e do mercado abarca, em parte, as antigas funções da família, restringindo a esfera de atuação desta às dimensões da afetividade e da reprodução da vida, em seus aspectos biológico e culturais. Por essa razão, é importante refletir sobre como o Estado, por meio de seu papel regulador e de promotor de politicas públicas, deve assumir responsabilidades perante os indivíduos, as famílias e o bem-estar coletivo.

ITABORAÍ, N. R. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br. Acesso em: 23 fev 2015.

Texto 4

Lidar com as famílias, hoje, é lidar com a diversidade; famílias intactas, famílias em processo de separação, famílias monoparentais, famílias reconstruídas, famílias constituídas de casais homossexuais, famílias constituídas de filhos adotivos, famílias constituídas por meio das novas técnicas de reprodução.

A família intacta, tal qual nos acostumamos a pensar como sendo o modelo de família, é, hoje em dia, uma das várias formas de se viver a família.

A multiplicidade "ser família", hoje, cria um hiato na geração que aprendeu o "ser família" de acordo com determinadas características e sua concretização na prática. Talvez só a geração dos filhos saiba desenvolver a maneira de denominar tal realidade.

MOREIRA, B. F. O que há de novo nas novas famílias? Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br. Acesso em: 23 fev 2015.

MODELO DE REDAÇÃO

Duas mães, dois pais, meio-irmão, enteados, filhos legítimos e adotivos. Esses são só alguns dos possíveis arranjos que configuram a família contemporânea. Os tempos de só “papai, mamãe, titia” parecem ter ficado na letra dos Titãs. Entretanto, ainda há muito que se discutir para que, de fato, essa nova configuração seja reconhecida e retrate a nova instituição familiar brasileira.

Apesar das visíveis mudanças, o conservadorismo ainda é latente na sociedade civil. Por trás do famoso discurso “respeito, mas não acho normal”, perpetua-se o preconceito. Recentemente, a Câmara dos Deputados ressuscitou um polêmico projeto denominado “Estatuto da Família”, que legitima apenas a união entre homem e mulher. Uma enquete do portal da Câmara mostrou que 53% das pessoas concordam com essa definição. Embora muito já se tenha conquistado, para uma parcela representativa da população, o modelo tradicional é o que representa a família brasileira.

Essa visão engessada do modelo familiar colabora com o crescimento da intolerância. Crianças que têm famílias fora do “convencional” costumam sofrer com o preconceito. Frequentemente, são noticiados casos de agressões a filhos de casais gays. A história mais recente teve um final trágico: a morte de um menino de 14 anos, filho adotivo de um casal homoafetivo. Os adolescentes que o agrediram são o reflexo de uma sociedade que ainda não aceita o diferente e acha que preconceito é questão de opinião.

Além disso, devem-se considerar, também, as demais estruturas familiares. Antigamente, a mulher divorciada estava fadada à solidão, pois não era aceita socialmente. Hoje, há inúmeros casos de mulheres que são chefes de família, solteiras e mães independentes. Apesar de sofrerem menos com o preconceito, elas ainda encaram desafios diários. No âmbito jurídico, muitas conquistas já foram alcançadas, mas, culturalmente, ainda há um longo caminho a percorrer para que o patriarcalismo institucionalizado dê espaço à pluralidade da nova representação familiar.

Por tudo isso, fica claro que ainda há muito que avançar nas discussões sobre a representatividade da instituição familiar. A luta é pedagógica. Por isso, o debate precisa se estender aos mais variados ambientes sociais. A escola, enquanto instituição socializadora, é responsável por naturalizar essa nova face, promovendo o respeito e a integração. O governo, por sua vez, precisa criar meios eficazes de punição aos casos de intolerância. Enquanto essas novas configurações continuarem a ser ocultadas, nunca serão representadas. Porque família não é tudo igual, o que muda é muito mais que o endereço.

TEMA 7

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **As redes sociais como meio de ativismo**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Texto 2

O que é ciberativismo?

É uma forma de ativismo pela internet, também chamada de ativismo online ou digital, usada para divulgar causas, fazer reivindicações e organizar mobilizações.

"É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos", diz o professor de comunicação da Universidade Federal Fluminense Dênis de Moraes em seu texto O Ativismo Digital, divulgado, claro, na internet. Usado principalmente por ONGs e entidades civis, o ciberativismo é uma alternativa mais democrática e acessível do que os meios de comunicação de massa tradicionais e pode ser praticado por qualquer

pessoa que tenha acesso à internet. E de várias formas. Você pode participar de fóruns e grupos de discussões, mandar e-mails a representantes políticos exigindo providências sobre determinada questão, assinar abaixo-assinados online cobrando de empresas e autoridades o cumprimento dos direitos do consumidor (...), apoiar a causa dos direitos humanos e defesa de minorias (...) e até mesmo criar blogs para divulgar essas e outras causas, como o combate à corrupção, a conservação da natureza e a propagação da cultura de paz. (...) No fim de 2006, por exemplo, a caixa postal do senador mineiro Eduardo Azeredo foi inundada por e-mails contrários ao projeto de lei que obrigava a identificação dos usuários de internet antes de iniciar qualquer operação que envolvesse interatividade. A mobilização surtiu resultado e o projeto acabou sendo arquivado.

*Disponível em:
http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_281598.shtml*

Texto 3

O apoio a causas pela internet motiva ações no mundo real? Segundo uma pesquisa da Universidade de British Columbia, no Canadá, esse tipo de manifestação on-line pode ter, na verdade, um efeito inverso. Segundo o estudo, a sensação de dever cumprido provocada pelo clique no botão “curtir” estimula as pessoas a deixarem de lado ações mais significativas, como doar dinheiro a instituições ou se engajar de fato em um trabalho voluntário.

O objetivo dos cientistas era investigar um fenômeno que ainda gera controvérsias entre estudiosos, conhecido como slacktivism. O termo em inglês, surgido em 1995, é formado pelas palavras slack (preguiçoso, negligente) e activism (ativismo). Na época, a expressão se referia às atividades feitas por jovens na internet para afetar a sociedade de forma progressiva. Atualmente, porém, é usada para definir atos de apoio que têm como único resultado real a satisfação pessoal de quem constrói uma falsa imagem de engajamento sem fazer muito esforço.

Na investigação, os pesquisadores canadenses conduziram uma série de testes para verificar se, após demonstrarem apoio a uma instituição, as pessoas se sentiam mais ou menos dispostas a doar dinheiro a essa entidade. No mais significativo deles, um grupo de voluntários ganhou broches para mostrar apoio aos veteranos de guerra. Enquanto uma parte era convidada a usar o bottom, a outra era orientada a não exibi-lo. Depois, todos os participantes foram convidados a fazer uma doação. Entre os que ganharam as peças, mas não a penduraram na roupa, o índice de contribuição foi bem mais alto; já os que ostentaram o símbolo não doaram muito mais do que as pessoas que não receberam brinde.

Disponível em: http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2013/11/28/noticia_saudeplena,146533/apoio-a-causas-em-redes-sociais-produz-sensacao-de-dever-cumprido.shtml

Texto 4

Um indício de que o fascínio com o poder das redes sociais para divulgação de temas políticos poderia estar sendo exagerado vem do fato de que os milhões de usuários que recobriram a foto de seu perfil com as cores do movimento gay representam menos de 2% das contas do Facebook (no Brasil, a porcentagem não é divulgada) – e quem viu a maior parte dos amigos trocar a imagem pode estar simplesmente associado a mais pessoas que são favoráveis ao casamento gay.

Para o professor de comunicação política Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no entanto, isso não é motivo para desprezar a força do ativismo on-line. “Primeiro, porque não é verdade que as pessoas só convivam com iguais nas redes. Se fosse assim, não haveria a ‘trolagem’, não haveriam confrontos. E também porque as pessoas não são monolíticas: podem concordar com uma opinião de seus amigos, mas não com outras”, diz.

Convivendo com pessoas que pensam diferente e que exibem, às vezes em grandes grupos, simultaneamente, a mesma posição, torna-se mais provável que as pessoas passem a refletir mais sobre um tema – ou porque não tinham pensado nele, ou porque começam a admitir que o argumento dos amigos é válido. Ou até por questões psicológicas, conforme diz o professor Jamil Marques, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). “Temos sempre medo de ficarmos isolados, e às vezes isso pode nos fazer rever posições”, diz.

Marques reforça o que disse o filósofo Kwame Anthony Appiah, de Princeton. Em seu livro O Código de Honra, Appiah afirma que muitas revoluções morais se dão porque as pessoas que resistem à mudança, com o tempo, passam a se sentir ridicularizadas. Ele cita o exemplo dos chineses que obrigavam as mulheres a deformar os pés para que ficassem artificialmente pequenos. Quando a convivência com os ocidentais aumentou, o costume foi abolido para que a China não ficasse mal no cenário internacional.

Por outro lado, afirma o cientista político Sérgio Braga, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o ativismo, somado aos algoritmos das redes sociais, podem também levar as pessoas não a mudar suas posições, mas a recrudescer a divergência. “Esse é um risco real da internet. Criar intolerância com quem pensa diferente”, diz.

Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/o-ativismo-de-facebook-funciona-a2gv7jl59b5zl930qlb1uzepp

MODELO DE REDAÇÃO

Sabe-se que as redes sociais facilitam, de maneira abrangente, o contato entre as pessoas. A ferramenta transformou-se em um importante meio para a divulgação de trabalhos, reencontro de velhos amigos, expressão de ideologias e reunião de pessoas em prol de um mesmo motivo como passeatas e protestos, que têm ocorrido em grande escala ultimamente. Há, porém, um problema que se destaca: em um cenário de ativismo virtual, presencialmente o povo parece permanecer inerte, o que impede, de certa forma, a existência de manifestações concretas e com efeitos importantes para o mundo contemporâneo.

Além de passeatas como "Orgulho GLBTS" ou movimentos raciais, grande número desses eventos tem ocorrido no Brasil em razão de problemas políticos, organizados, geralmente, por meio de redes sociais, alcançando uma união de proporções grandiosas. Se comparados a eventos como as "Diretas Já", que reuniu cerca de 1,5 milhão de pessoas, ou o "Fora Collor", que reuniu cerca de 10 mil, verifica-se que os números atuais são muito maiores. O "Fora Dilma", segundo seus organizadores, contou com a presença de 6,9 milhões de pessoas; a "Marcha das Vadias", que protestava contra a crença de que as mulheres, vítimas de estupro, teriam provocado a violência por meio de seus comportamentos, ocorreu em todo o mundo e, apenas em Toronto, Canadá, contou com 3 mil participantes.

Entretanto, o ativismo virtual, muitas vezes, dá espaço às ruas desertas, sem manifestantes e, principalmente, sem organização. Nas palavras do sociólogo Manuel Castells, uma vez que "não basta apenas criticar na internet, é necessário que o movimento seja visível", a inércia do indivíduo que só se revolta online não é saudável para os movimentos sociais. Um exemplo disso está nas próprias manifestações próximas à votação do impeachment da presidente: o movimento das redes sociais era imensurável; a presença nas ruas, porém, era mínima. Diante desse quadro, é importante propor medidas que não só alavanquem esses movimentos, mas também levantem os ativistas das cadeiras de seus computadores e os levem às manifestações reais.

Torna-se evidente, portanto, que, apesar de ser uma grande ferramenta nas reivindicações populares, a internet pode ajudar a desorganizar movimentos, mantendo sua ineficiência. Para resolver esse problema, a mídia e as ONGs, em parceria, podem trabalhar em comerciais de TV, programas, debates e campanhas a necessidade de o povo se manifestar presencialmente, lutando pelos seus direitos com propostas e movimentos concretos. Além disso, em um contexto de nascimento de indivíduos já conectados à internet, a escola pode trabalhar, em discussões e aulas temáticas, a necessidade de se sair às ruas e lutar por direitos, o que já existe no Brasil, mas, buscando resultados objetivos, precisa ser muito maior.

TEMA 8

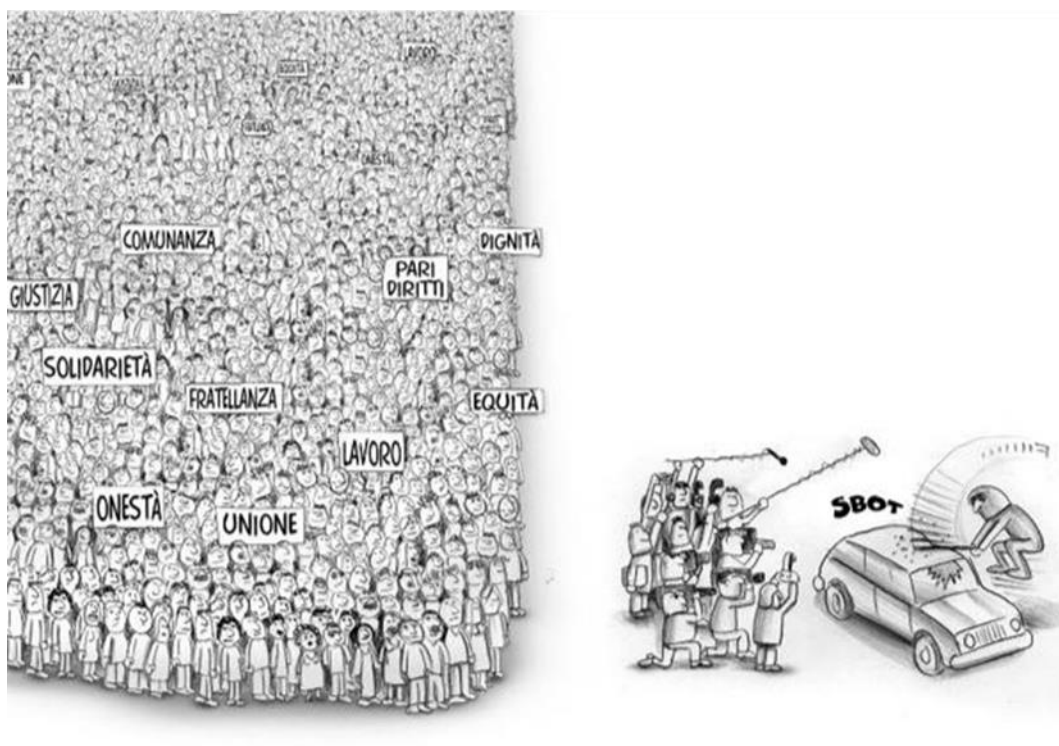
A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A imparcialidade da imprensa brasileira em discussão no século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

A imprensa conquistou a liberdade de expressão a duras penas depois do Ato Institucional no 5. Hoje nenhum veículo precisa recorrer às receitas de bolo ou aos versos de Camões para preencher um espaço que ficaria em branco depois do crivo da censura do Estado. Isso é fato. Contudo, enquanto a liberdade aflorava a parcialidade e o subjetivismo extremo a acompanhava. O que se pode esperar de uma cobertura das eleições 2014 de veículos que apoiam incondicionalmente um ou outro partido político, uma ideologia neoliberalista e se esquece daqueles preceitos básicos do jornalismo ou das outras ideologias que ainda têm espaço da economia, na política e na sociedade?

Antonio Gramsci identifica a imprensa como um partido político. Perseu Abramo defende que ela manipula seu público devido aos interesses financeiros que a empresa tem. É possível até ligá-la a um aparelho de dominação do Estado de Louis Althusser. Independente destas características, definições e acusações, a imprensa é e deve ser livre. Contudo, até que ponto podem ser tão livres assim a coberturas jornalísticas que cada veículo faz?

Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed819_ideologia_e_parcialidade_na_imprensa/

Texto 2

Texto 3

A Constituição de 1988 reservou um capítulo específico para a comunicação social (arts. 220 a 224). Ele trata de temas relevantes para a sociedade, ao disciplinar a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a censura, a propriedade das empresas jornalísticas e a livre concorrência.

Nesse contexto, a Constituição assegurou a mais ampla liberdade de manifestação do pensamento (arts. 5o, inciso IV e 220). No que tange especificamente à liberdade de imprensa, a Constituição é expressa: “nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5o, incisos IV, V, X, XIII e XIV” (art. 220, § 1o).

Registre-se que a liberdade de imprensa e a Democracia encontram-se em posição de reciprocidade. Onde houver liberdade de imprensa, haverá espaço favorável para o exercício e a consolidação do regime democrático. Ao reverso, onde estiver estabelecido um regime democrático, ali a imprensa encontrará campo propício para sua atuação. Nutrem-se, portanto, uma da outra, fortalecendo-se ambas em um processo contínuo, cujos benefícios serão colhidos pelo povo.

A Constituição de 1988 distingue censura de controle. A censura é um instrumento odioso utilizado pelos regimes ditatoriais. Não é compatível, portanto, com o regime democrático.

Conhecedor dessa realidade, o constituinte de 1988 adotou posição firme na proibição de qualquer tipo de censura: “é livre a expressão da atividade intelectual,

artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença" (art. 5o, inciso IX); "é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística" (art. 220, § 2o). Logo, nenhuma espécie normativa reconhecida pelo Direito brasileiro poderá instituir a censura.

Se, por um lado, a Constituição proíbe a censura, por outro, admite a realização de certos tipos de controle dos meios de comunicação e, especialmente, da televisão. Entre os principais, podem ser citados: a) o controle administrativo (art. 21, inciso XVI); b) o controle judicial (art. 5o, inciso XXXV, e art. 223, § 5o); c) o controle realizado pelas próprias emissoras ou auto-regulação; d) o controle social (art. 224).

Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/artigos/liberdade-de-imprensa-na-constituicao-de-1988-28ra7hxwl689u3dbptyw3trgu

Texto 4

É fato e é regra que uma reportagem ou notícia ouça todos os lados envolvidos, isso é o que dará um considerável grau de "imparcialidade" a essa produção – é minha humilde opinião, mas é parecida com a de alguns acadêmicos de nosso oficio, como Nilson Lage e Fernanda Schneider. O jornalista é antes de tudo um ser humano, tem suas convicções e seus signos pessoais que sempre irão influenciar sua visão do fato, é também funcionário ou autor de um veiculo – se freelancer produz já pensando a que veículo enviará sua produção – e cada veículo tem sua "linha editorial" ou sua orientação bem definida do que quer "vender".

Apurar um fato já conta como um ato de parcialidade. Escolhemos a fonte que acreditamos ser a melhor, os ângulos que pensamos serem os mais próprios, a pauta que imaginamos interessar o leitor ou – quem tem coragem de assumir, que assuma – o editor. Quando escrevemos colocamos em colunas encabeçadas por leads o que achamos mais importante ou interessante. A decisão é do jornalista e não do fato. Assumir-se neutro já consta como um ato não parcial, visto que declarar-se assim já é uma posição que se toma diante de alguma coisa.

O certo é que devamos buscar a tal "imparcialidade" como uma utopia a ser perseguida de forma a sermos o mais justos possível, sem nos perdermos em ilusões. Quando me perguntam sobre ética jornalística, respondo o que li ou ouvi – e não me recordo de quem – que se como jornalista tiver de prejudicar alguém importante pense duas vezes e se for prejudicar alguém que não terá condições de se defender depois, não o faça.

Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed741_a_utopia_da_imparcialidade_jornalistica/

MODELO DE REDAÇÃO

Na prática, a teoria é outra

Com a invenção da imprensa no século XV e o advento do rádio e da televisão no XX, a comunicação e a divulgação de ideias foi amplamente facilitada. Graças a isso, hoje podemos saber das notícias em tempo real e estar sempre informados sobre o mundo. A mídia é, então, detentora de uma grande função na sociedade moderna. No entanto, seu papel principal, que é o de informar, vem sendo realizado sem a responsabilidade devida, negando, muitas vezes, seus próprios preceitos.

Em primeiro lugar, é importante destacar o problema da parcialidade midiática no Brasil. O quarto poder, no nosso país, não está longe dessa realidade alarmante. Assim como no resto do mundo, a imprensa vem exercendo um papel bastante contrário ao original, mostrando-se extremamente tendenciosa e manipuladora. Exemplo disso foi a cobertura jornalística das manifestações contra o aumento das passagens em 2013, em que muito pouco se via a real situação das ruas pelo Brasil, o que foi uma clara tentativa de esconder a repressão vivida pelos manifestantes.

Nesse panorama, cabe avaliar de que maneira essa parcialidade se dá na sociedade brasileira e sua respectiva consequência. É comum que liguemos a televisão ou abramos um jornal e vejamos somente um lado da moeda, principalmente quando a notícia ou reportagem é de cunho político. Isso gera não só uma população desinformada, mas acrítica e manipulada. Por isso, é importante refletir que, embora a imparcialidade seja difícil de ser alcançada, deve ser amplamente buscada, especialmente por aqueles que assumem a grande responsabilidade desse papel social.

É preciso, portanto, que encaremos que temos um grande problema nas mãos que, principalmente em um período político instável, precisa ser resolvido. Para tanto, o governo e a população em geral devem agir em conjunto, aquele promovendo o projeto regulamentação da mídia, que não só estabeleceria regras de ação, como punições para possíveis descumprimentos, esta denunciando massivamente tudo aquilo que considerar um desvio. A escola, com palestras e debates, além de aulas de análise do discurso, pode investir em um olhar diferente por parte de seus alunos, de forma que, ainda que existam produções parciais, o indivíduo saiba interpretar e se posicionar com relação ao que foi apresentado. Dessa forma, a teórica imparcialidade ficará um pouco mais próxima da prática, e a informação será, com verdade, um serviço de utilidade pública.

TEMA 9

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O Brasil visto de fora: a visão que os estrangeiros têm do nosso país,** apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Medos e alertas; veja a visão estrangeira sobre o País da Copa

Com a proximidade da Copa do Mundo, o Brasil – mais do que nunca – está na boca do mundo. Assim como todo país-sede de megaeventos, há os destaques para pontos positivos e também os negativos. Além de samba, carnaval e futebol, que normalmente caracterizam o Brasil, os problemas de organização do Mundial, violência e preocupação com doenças são principais assuntos da imprensa estrangeira. O Terra separou uma seleção de notícias feitas pelos "gringos" às vésperas da Copa:

- Futebol com armas no Rio – o site da TV árabe Al Jazeera fez uma matéria sobre um torneio amador na favela Vila Aliança, com traficantes jogando com armas nas costas.
- "Título mundial de atrasos" – o jornal italiano Corriere della Sera deu ao Brasil o título mundial de atrasos pela demora nas obras para a Copa do Mundo.
- Alerta da Fifa – a federação internacional deu vários puxões de orelha no Brasil, e fez um alerta para os turistas que vêm ao país-sede do Mundial: "não é a Alemanha".
- Conselhos uruguaios – os vizinhos sul-americanos recomendam aos cidadãos vacina, água engarrafada e sexo seguro.
- Contra poliomielite – Colômbia também recomenda que adultos que vierem ao Brasil se vacinem contra poliomielite.
- Histeria com violência – o jornal Daily Mail apontou que os ingleses estão apavorados com a qualidade de segurança oferecida na Copa.
- Alemães preocupados – governo alemão teme por segurança e greve de PM em Salvador, sede da seleção.

- OMS recomenda vacinação – Organização Mundial da Saúde alerta torcedores estrangeiros a se vacinarem contra rubéola e sarampo.
- A moda é: biquínis pequenos – O jornal inglês Daily Mail recomenda uso de biquínis pequenos para as mulheres se adaptarem ao Brasil.
- Polêmica com o Fuleco – Jornal alemão Die Welt se equivocou e disse que o mascote da Copa, Fuleco, significava “ânus” na “linguagem popular do Brasil”. A notícia virou piada na internet.
- Preocupação com saneamento – site americano Global Post alertou para saneamento básico insatisfatório do Rio de Janeiro, onde apenas 40% do esgoto é tratado.

Disponível em: http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/medos-e-alertas-veja-visao-estrangeira-sobreo-pais-da-copa,4e5d69f6bb5f5410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html

Texto 2

"Os Simpsons" voltam ao Brasil para a Copa do Mundo em novo episódio que foi ao ar nos Estados Unidos no último domingo, 30. Desta vez, a família está mais simpática com o país, Marge se esforça para aprender português circulando pelas cidades com um tablet com tradutor e solta algumas palavras, como "Eu amo o Brasil", no melhor estilo gringa. Após um jantar, Homer declara: "Ah, Brasil, eu não poderia ficar com medo de você para sempre". Durante a passagem pelo Brasil, a família visita São Paulo, Rio, Recife e Manaus, onde observam o desmatamento da floresta.

Em 2002, o episódio "Feitiço de Lisa" causou polêmica com a visita da família ao Rio de Janeiro. O desenho mostrou sequestro e cobras e macacos andando pelas ruas e a moeda brasileira, real, foi motivo de piada de Homer. Na ocasião, a produtora do desenho, Fox, pediu desculpas pelo episódio.

Disponível em: http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/03/episodio-desimpsons-no-brasil-tem-declaracao-ao-pais-e-aviao-com-macaco.htm

Texto 3

Quando faltava um mês para o início da Copa do Mundo, a revista alemã "Der Spiegel" publicou uma edição que trazia na capa uma Brazuca pegando fogo e cruzando o céu da Baía de Guanabara. Dali em diante, muitas outras publicações — nacionais e internacionais — adotaram a mesma linha pessimista, apontando falhas em estádios, aeroportos e esquemas de segurança.

Agora, duas semanas após o início da competição, o tom mudou. Do pequeno "El Nuevo Día", jornal que circula na província venezuelana de Falcón, ao gigante "The New York Times", todos parecem convencidos do sucesso da Copa no Brasil. As matérias sobre problemas deram espaço à cobertura de uma verdadeira festa, exibindo provas de que o país do futebol está realmente sendo capaz de sediar o maior evento esportivo do mundo.

Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/copa-brasil-bem-na-foto-na-visao-dos-estrangeiros-13022467

Texto 4

Uma linha de camisetas da Adidas sobre a Copa do Mundo está gerando polêmica por causa do duplo sentido que o material traz. Ao mesmo tempo que fala de Brasil e da paixão pelo futebol, reforça o apelo sexual num momento que o governo do País luta para não passar essa imagem internacionalmente. O material casou revolta na Embratur, que promete formalizar nesta terça uma reclamação à empresa alemã de material esportivo.

Uma camiseta apresenta a frase "Looking'to score", que pode ser traduzida por "em busca dos gols". Mas também é uma expressão que significa "pegar garotas" de uma maneira mais sexual. A imagem de uma moça de biquíni não deixa dúvidas da dupla intenção. A outra camiseta coloca um coração amarelo que também pode ser enxergado no formato de nádegas com um fio dental verde. Também passa uma mensagem de duplo sentido e fala "Eu amo o Brasil." A Adidas é patrocinadora oficial da Copa do Mundo.

Adaptado para o tema de http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,camisetas-comconotacao-sexual-da-adidas-para-a-copa-revoltam-o-governo,1134142

MODELO DE REDAÇÃO

Brasília, 1982: Ronald Reagan, em um jantar, propõe um brinde à Bolívia, e não ao Brasil. Rio de Janeiro, 2011: Barack Obama arranha palavras no português, cita um trecho de País Tropical e comenta sobre o futebol carioca, mostrando que sabe muito bem em que país está. A diferença de quase trinta anos comprova certa mudança na visão que os líderes estrangeiros têm da nossa terra. Percebe-se, porém, com a chegada de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que os estereótipos com relação ao Brasil ainda existem em grande quantidade no mundo, sendo necessário, então, propor medidas que tratem essa ótica e evitem a proliferação de um complexo de vira-lata - pregado, nesta vez, pelos que vêm de fora.

Em primeiro lugar, é importante destacar a mudança de papel do Brasil no cenário mundial. Isso porque, ao longo de sua história, o nosso país foi, aos poucos, construindo uma identidade cultural própria. Em 1822, quando foi declarada a independência de Portugal, surgiu a necessidade de se criar uma nova forma de pensar, que rompesse com os modelos europeus. Dessa forma, os intelectuais e autores da primeira geração romântica buscaram, além de um rompimento político, uma independência cultural. Desde então, a cultura nacional é definida e reconhecida como tal dentro e fora do país. Entretanto, os brasileiros, desde sempre, apresentam um complexo de que tudo que vem de fora é melhor, alimentado, quase sempre, por quem não vive no país e só enxerga a nossa terra de forma superficial.

Durante muito tempo, a imagem do Brasil era completamente associada a estereótipos como futebol, carnaval, samba, caipirinha, mulheres de biquíni, entre outros. Apesar de atenuada internamente, depois de alguns anos, essa visão continua firme em muitas manifestações com relação ao nosso país. Na Copa do Mundo, por exemplo, diversas empresas de roupas e acessórios lançaram produtos que exaltavam apenas esses símbolos, criando, inclusive, uma conotação sexual em suas ilustrações e frases. Estrangeiros que visitavam o país faziam sempre referência a essas imagens, deixando de lado toda a riqueza que a mídia - e os próprios brasileiros - procurava divulgar. Tal fato comprova que o Brasil de 2016 está no caminho de superar seu complexo, mas a visão que vem de fora ainda precisa, em sua maioria, deixar de lado a superioridade que tem.

É importante perceber, nesse sentido, que, ainda que a ótica que os estrangeiros têm do Brasil esteja muito diferente da que imperava no século XX, o vira-latismo pregado por Nelson Rodrigues - e sentido pelos brasileiros, que ainda se veem menores que o que vem de fora - ainda é justificado por uma ótica negativa do país. A fim de resolver isso, o governo e a mídia podem trabalhar a divulgação,

principalmente em filmes que alcancem o exterior, da nossa variedade cultural e produções artísticas. A escola deve priorizar a valorização do que é nosso, a fim de que o que temos de rico seja divulgado pelos próprios cidadãos. As empresas, por sua vez, podem investir em produtos que destaquem a nossa diversidade, de forma que, em pouco tempo, novos presidentes não confundam mais o lugar em que estão e os visitantes não façam do Brasil um lugar menor, refletindo, inclusive, na própria visão que temos da nossa casa.

TEMA 10

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O esporte como ferramenta de inclusão social no Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Projetos sociais que têm o esporte como ferramenta de inclusão social são um importante aliado na formação de crianças e adolescentes. Nas diferentes modalidades o trabalho resgata valores que são fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem dos jovens, seja no futebol, no basquete, ou no vôlei. Tanto que, no Brasil, é grande o número de instituições do terceiro setor que se dedica a atividades na área; e até esportes pouco populares por aqui, como badminton e hockey de grama, por exemplo, estão presentes em iniciativas nos diferentes estados do país.

Disponível em: http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/10/por-meio-do-esporte-ongs-de-todo-o-pais-promovem-inclusao-social.html. Adaptado.

Texto 2

Disponível em: https://waldircanal.files.wordpress.com/2010/05/esporte-paraolimpico.jpg.

Texto 3

O novo ministro do Esporte, George Hilton, disse hoje (2) que o esporte no país deixou de ser apenas uma vitrine para o talento brasileiro e se transformou em um meio de inclusão social que deve estar ao alcance de todos.

Durante a cerimônia de transmissão de cargo, Hilton avaliou que, nos últimos anos, o Brasil se tornou mais do que o país do esporte. No entanto, segundo ele, o esporte nunca deixou de ser parte importante do país e dos brasileiros.

"Vou dar atenção especial ao esporte social, ao esporte de inclusão, ao esporte educacional e ao esporte comunitário. Quero intensificar a parceria com o Ministério da Educação para consolidar o programa Atleta na Escola", prometeu. "Este é o caminho para o desenvolvimento sustentável do esporte brasileiro".

O novo ministro lembrou que o nascer da pasta, há 12 anos, não foi fácil e que o esporte é considerado por ele um setor historicamente relegado dentro do poder público. Uma das prioridades, segundo Hilton, será ampliar o debate no Congresso Nacional para a renovação da Lei de Incentivo ao Esporte, cujo prazo de validade se expira este ano.

"Atendi ao chamado da presidenta sabendo que é um grande desafio dar continuidade ao trabalho que vem sendo feito", disse. "Mas temos hoje altivo e consolidado um ministério exclusivo para representar os anseio da comunidade esportiva e conduzir políticas públicas no mundo do esporte", concluiu.

Disponível em: https://www.brasil247.com/pt/247/esporte/165367/George-Hilton-quer-reforçar-esporte-como-inclusão-social.htm

MODELO DE REDAÇÃO

Esporte: ética e sociedade

Jogos Pan-americanos de 2007, Campeonato Mundial de Judô em 2013, Copa do Mundo de 2014: nos últimos anos, a sociedade brasileira e, em particular, a cidade do Rio de Janeiro tem vivenciado intensamente a experiência do esporte. As Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 serão, neste sentido, a cereja do bolo, mas não se pode de modo algum reduzir a prática esportiva a esses megaeventos. De fato, mais do que atividade de competidores célebres ou negócio que envolve milhões, o esporte é, em si mesmo, um poderoso meio de inclusão social, capaz de transformar vidas. De modo geral, tal poder transformador do esporte pode ser visualizado sob dois aspectos: no seu papel na formação ética dos indivíduos e no seu caráter socializador.

Em primeiro lugar, o esporte tem um enorme potencial para a transmissão de valores e normas de conduta sadios. Com efeito, tal como qualquer atividade com objetivos claros e determinados, a prática esportiva exige ordem, disciplina, paciência, coragem, perseverança, etc. Isto é, há uma série de virtudes éticas que são pressupostas no esporte e que por isso mesmo são desenvolvidas naqueles que se põem a praticá-lo. A prática constante da atividade física desenvolve ainda mais estas habilidades éticas, visto que a virtude, conforme ensinava Aristóteles, não consiste em um ato de bondade isolado, mas sim na prática habitual do bem.

Por outro lado, não se pode ignorar o papel inestimável do desporto no processo de socialização. Com efeito, como dizia o mesmo Aristóteles, o homem é naturalmente um ser social e político, isto é, engajar-se na vida social não é um aspecto secundário da existência humana, mas lhe é, ao contrário, algo constitutivo. Assim, o processo de socialização, de integração do indivíduo no interior da sociedade, não pode ser subestimado – e o desporto pode ter papel essencial nisso. Na verdade, a atividade esportiva produz, invariavelmente, uma comunidade de pessoas, uma integração entre os diferentes, afinal, mesmo o esporte mais solitário, implica algum tipo de cooperação e aprendizado mútuo. Não se pode, por exemplo, iniciar a prática de uma modalidade esportiva, sem a orientação de outra pessoa que já a domine de algum modo.

De acordo com tudo o que foi visto acima, não é difícil perceber que o esporte tem uma importância decisiva precisamente naqueles campos em que isto lhe é menos reconhecido: a transmissão dos valores éticos e a integração social. Garantir, no entanto, que esta ferramenta de inclusão social se torne realmente efetiva em nosso país passa por mudanças importantes na política de educação. Em particular, passa por uma mudança clara na perspectiva do governo a respeito da disciplina de educação física, em que ela não seja mais vista como mero meio de

recreação, mas sim como um ponto-chave das políticas de ação social. O educador físico, essencial para o fortalecimento ético e social do alunado, deve ser agente central na vida escola, conduzindo projetos, articulando iniciativas, congregando partes. Sãos os desafios que temos a enfrentar.

TEMA 11

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A inclusão social do deficiente físico em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Como sabemos, e como já foi referido, são inúmeros os obstáculos existentes para os deficientes, sendo a inclusão escolar uma das grandes barreiras no nosso país. "Uma escola para todos e para cada um" é um grande objetivo a cumprir para a inclusão. Uma escola que acolhe as diferenças, que colabora (...) será um bom princípio para combater a exclusão social. Dividir a escola em termos de alunos "normais" e alunos "deficientes" não é certamente um princípio inclusivo e o objetivo pretendido.

O caminho para termos uma sociedade incluída será, provavelmente, aprofundar a Educação Inclusiva apoiando todos os alunos com dificuldades, dando-lhes uma educação de qualidade num ambiente comunitário e diverso."

Texto adaptado. Disponível em:
http://www.deficiencia.no.comunidades.net/index.php?pagina=117711808

Texto 2

16. Financiamento Público para Ações de Inclusão

16.1 – Há alguma linha de financiamento público federal voltado para programas de inclusão com pessoas de deficiência?

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (PAIS), disponibiliza recursos para financiar os programas empresariais.

16.2 – Quais são os itens financiáveis?

Obras civis e adaptação física de instalações, equipamentos especiais, ajudas técnicas – próteses, órteses, equipamentos, elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização, equipamento e material pedagógico

especial, maquinaria e utensílios de trabalhos especiais -, capacitação de pessoal para convívio no trabalho com as PPD, capacitação das PPD para assumirem postos de trabalho e consultoria técnica para a realização dos projetos e atividades. As informações podem ser encontradas na página do BNDES na internet: http://www.bndes.gov.br/programas/sociais/pais.asp."

Inclusão das pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho.
Ministério do Trabalho e Emprego, 2007

Texto 3

Janeiro de 2016 marca o início de um novo olhar sobre os 45 milhões de brasileiros com algum grau de deficiência. Entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. Agora começa também a batalha para tornar realidade o rol de direitos garantidos pela nova lei

A semente da LBI foi lançada no Congresso Nacional, 15 anos atrás, pelo então deputado federal Paulo Paim (PT-RS). Ao chegar ao Senado, ele reapresentou a proposta, que acabou resultando na Lei 13.146/2015. A tramitação na Câmara possibilitou à relatora, deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), ajustar o texto original às demandas dos movimentos sociais e aos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo 186/2008), que recomendava a eliminação de qualquer dispositivo que associasse deficiência com incapacidade.

— A LBI foi um grande avanço. Agora, entramos em um período de ajustes. O ideal é criar uma cultura de inclusão e derrubar barreiras que ainda existem. Ao se exercer os direitos previstos na lei, devem surgir casos de punição por discriminação e isso vai ter um efeito cultural e pedagógico positivo — comentou o consultor legislativo da área de Cidadania e Direitos Humanos do Senado, Felipe Basile.

As inovações trazidas pela nova lei alcançaram, entre outras, as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte. A seguir, destacam-se alguns dos avanços fundamentais para a conquista da autonomia na causa da deficiência.

Capacidade civil	Garantiu às pessoas com deficiência o direito de casar ou constituir união estável e exercer direitos sexuais e reprodutivos em igualdade de condições com as demais pessoas. Também lhes foi aberta a possibilidade de aderir ao processo de tomada de decisão apoiada (auxílio de pessoas de sua confiança em decisões sobre atos da vida civil), restringindo-se a designação de um curador a atos relacionados a direitos de ordem patrimonial ou negocial.
Inclusão escolar	Assegurou a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabeleceu ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio. Proíbe as escolas particulares de cobrarem valores adicionais por esses serviços.
Auxílio-inclusão	Criou benefício assistencial para a pessoa com deficiência moderada ou grave que ingresse no mercado de trabalho em atividade que a enquadre como segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social.
Discriminação, abandono e exclusão	Estabeleceu pena de um a três anos de reclusão, mais multa, para quem prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício de direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência.
Atendimento prioritário	Garantiu prioridade na restituição do Imposto de Renda aos contribuintes com deficiência ou com dependentes nesta condição e no atendimento por serviços de proteção e socorro.
Administração pública	incluiu o desrespeito às normas de acessibilidade como causa de improbidade administrativa e criou o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), registro público eletrônico que irá reunir dados de identificação e socioeconômicos da pessoa com deficiência.
Esporte	Aumentou o percentual de arrecadação das loterias federais destinado ao esporte. Com isso, os recursos para financiar o esporte paralímpico deverão ser ampliados em mais de três vezes.

Disponível em: http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/lei-brasileira-de-inclusao-entra-em-vigor-e-beneficia-45-milhoes-de-brasileiros

Texto 4

Disponível em: Disponível em: http://www.ccsp.com.br/site/peca_agencia/27188/Imagine-se-voce-tivesse-que-escalar-um-muro-a-cada-esquina

MODELO DE REDAÇÃO

Desde as civilizações medievais até os povos indígenas mais recentes, existia uma cultura de exclusão e abandono de crianças que possuíam algum tipo de deficiência. Elas eram entendidas como um mau sinal, vindo de um castigo dos deuses ou de forças superiores. Embora ainda haja muito preconceito acerca dessa minoria, há no Brasil ações que buscam a inclusão dos deficientes na sociedade, visto que o número de pessoas com algum tipo de deficiência ultrapassa populações inteiras de países como Chile e Holanda.

Em uma primeira análise, percebe-se que o esporte é um excelente método inclusivo. Prova disso é a excelente campanha histórica da delegação brasileira nos Jogos Paralímpicos de Londres em 2012, em que foram conquistadas vinte e uma medalhas de ouro, desempenho sete vezes melhor em comparação às conquistas nas Olimpíadas. Acontecimentos dessa natureza trazem como consequência maiores investimentos em projetos esportivos voltados para pessoas com necessidades especiais, principalmente após a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ter sido sancionada pelo Governo em 2015, comprovando a eficácia das práticas esportivas como forma de integração social.

Além do aspecto esportivo, a área da educação também surge como forma eficiente de inserção. Neste sentido, as escolas e universidades estão adotando posturas inclusivas em salas de aula, como por exemplo, o ensino obrigatório de LIBRAS (linguagem brasileira de sinais) em qualquer curso de licenciatura. Somado a isso, algumas escolas particulares, em busca de um maior abraçamento dos alunos deficientes, contratam tutores para auxiliar esses estudantes, juntamente com o apoio do professor. A escola costuma ser um dos mais importantes ambientes de socialização, por conseguinte, deve ser democrático e igualitário incorporando a todos os seus frequentadores, sem distinção.

Torna-se claro, portanto, que o meio esportivo e o campo educacional são de extrema importância para a inclusão dos cidadãos com deficiência. Sendo assim, o governo deve investir em projetos gratuitos para deficientes, por meio da criação de centros esportivos e culturais, além de melhorar a acessibilidade urbana para que todos desfrutem dos espaços sociais, garantindo o respeito e a igualdade de direitos. Ademais, as escolas precisam capacitar os profissionais de educação, por meio de cursos específicos, para que lidem de forma adequada com as crianças debilitadas fisicamente. Por fim, a mídia deve cumprir plenamente sua função social, desmistificando a deficiência física através de propagandas e ficção engajada a fim de erradicar o preconceito e promover na sociedade uma consciência inclusiva. Outras medidas devem ser tomadas, mas, como disse Oscar Wilde, “o primeiro passo é o mais importante na evolução de um homem ou nação”.

TEMA 12

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O valor da educação nas transformações sociais do Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O cão e a árvore também são inacabados, mas o homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou? de onde venho? onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação.

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.

Sem dúvida, ninguém pode buscar na exclusividade, individualmente. Esta busca solitária poderia traduzir-se em um ter mais, que é uma forma de ser menos. Essa busca deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais e em comunhão com outras “consciências”.

Jaspers disse: “Eu sou na medida em que os outros também são”.

Freire, P. Educação e mudança. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.14 (adaptado).

Texto 2

A presidente Dilma Rousseff divulgou, em seu discurso de posse, o novo lema de seu governo: “Brasil, Pátria Educadora”. Ela explicou que a educação será a “prioridade das prioridades” no segundo mandato que começa nesta quinta-feira,

1º. “Só a educação liberta um povo e abre as portas de um futuro próspero”, afirmou.

Ela anunciou que a área de educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos e que o governo continuará expandindo o acesso a creches e pré-escolas, uma promessa de campanha e também do primeiro mandato. Sobre o ensino técnico, Dilma afirmou que vai dar especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz.

Dilma anuncia o novo lema: Brasil, Pátria Educadora. Disponível em: http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/dilma-anuncia-o-novo-lema-brasil-patria-educadora. Acesso em 5 janeiro 2015 (trecho).

Texto 3

A história da sociedade é marcada, ao longo do seu desenvolvimento, pela busca da efetivação da educação para uma sociedade harmônica. E, apesar das transformações sociais e da escola, sabemos que muito ainda temos a conquistar. De certa forma, o ensino tradicional ainda prevalece na maioria das escolas, busca-se uma educação para a vida democrática onde o homem seja capaz de criar e transformar o seu mundo em prol da humanidade.

Em um mundo de constantes mudanças, nem os conhecimentos acumulados, nem a conduta “correta” são tão importantes quanto a capacidade crescente do estudante de identificar os problemas existenciais e de pesquisar soluções originais e criativas.

Tomando a educação como condição necessária para mudança social, deve ser construída para o processo de democratização das relações de poder na sociedade, como também pode comportar, ao mesmo tempo, conservação e inovação, podendo funcionar como instrumento para mudanças.

A escola deve servir como instrumento de conscientização do cidadão, extrapolando, assim, sua função de mera transmissora de conhecimento e lançando-se numa ação social diretamente relacionada à formação do senso crítico, direcionada para a intervenção e mudança da realidade social.

Porto, Vera S. P. A educação tem uma função de mudança social. Disponível em: http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-tem-uma-funcao-de-mudanca-social/81431/. Acesso em 5 jan 2015 (adaptado).

MODELO DE REDAÇÃO

A Campanha da Fraternidade, movimento realizado pela Igreja Católica desde 1962, busca trazer à tona, anualmente, temas que precisam ser debatidos e refletidos. O tema de 2015, “Fraternidade: Igreja e Sociedade”, tem como discussão a importância da escola nas mudanças de que o mundo precisa. Tal destaque dado pela campanha evidencia a necessidade de integrar a educação nessas transformações, relação que, apesar de fundamental, não é tão expressiva na atualidade.

Em primeiro lugar, é preciso entender o real valor das instituições de ensino e como elas podem ajudar a resolver problemas do nosso tempo. Em um contexto de desigualdade, discriminação e crescimento da violência, começar mudanças pela escola não é só importante, mas essencial. Paulo Freire, importante educador e filósofo, já confirmou essa relevância quando afirmou que sem a educação a sociedade não muda. Entretanto, é fácil perceber que essa importância não é tão reconhecida e essa função da instituição é deixada de lado no nosso país.

Apesar de apontado como crucial por Freire, tal papel do ensino não é prioridade hoje. A era dos concursos, dos vestibulares, da valorização do ensino superior chegou às escolas, e tudo o que é dado em sala tem apenas um objetivo: a aprovação. Campanhas de arrecadação de alimentos, visitas a instituições e discussões focadas em direitos humanos não estão mais na agenda das aulas. Se não há incentivo a essas atividades, não há por que entender o valor do meio nas transformações sociais. As mudanças, então, não devem começar só pelas causas, mas também pela própria necessidade de se entender essa importância.

Fica claro, portanto, que, apesar de crucial, o papel transformador da educação não tem sido aproveitado no Brasil, sendo necessário não só entender essa relevância, mas também encontrar nas instituições ferramentas para essas ações. Nesse sentido, o Governo e a mídia podem trabalhar difundindo valores. Campanhas cobrando essa ação por parte da escola precisam ser divulgadas, evidenciadas nos meios de comunicação. Além disso, ONGs e a própria família, em conjunto, devem exigir o retorno de trabalhos sociais, de forma que, pouco a pouco, a frase de Paulo Freire realmente faça sentido e a Campanha da Fraternidade saia do cartaz, da própria Igreja e alcance todo o mundo.

TEMA 13

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A violência na escola em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Toda semana são noticiados casos de violência nas escolas brasileiras. Infelizmente, o problema não é um exagero criado pela mídia, mas sim uma realidade enfrentada diariamente por milhares de professores das redes pública e privada.

Dentre os casos mais comuns de violência, podemos citar as ameaças feitas por alunos a professores, sobretudo a respeito de baixo rendimento escolar. Uma nota abaixo da média nem sempre é entendida como um alerta para que o aluno melhore e estude com mais afinco: para muitos estudantes, a nota é compreendida como ofensa pessoal. Alguns ficam no enfrentamento verbal, enquanto outros partem para agressão física ou danos a bens do professor, sobretudo carros (pneus furados são os relatos mais comuns). Depredações a patrimônios da escola e arrombamentos de salas também integram o vasto rol de atitudes violentas no ambiente escolar. O tipo de violência mais comum, entretanto, se dá entre os próprios estudantes.

Apesar de a violência física estampar um número muito maior de manchetes, é a violência moral que mais assusta aos professores de todos os níveis de ensino, desde o Infantil ao Superior. Xingamentos, gestos obscenos, perturbações, indisciplina. Problemas que atrapalham o andamento das atividades pedagógicas e os relacionamentos dentro da escola. Os casos de bullying – a violência moral entre os próprios alunos – também chocam educadores e familiares, inclusive ultrapassando os muros da escola e chegando ao ambiente virtual, onde situações vexatórias de alunos podem ser acessadas por qualquer pessoa.

Disponível em http://www.revistaoprofessor.com.br.

Texto 2

Texto 3

Para entender o fenômeno da violência nas escolas, é preciso levar em conta fatores externos e internos à instituição de ensino. No aspecto externo, influem as questões de gênero, as relações raciais, os meios de comunicação e o espaço social no qual a escola está inserida. Entre os fatores internos, deve-se levar em consideração a idade e a série ou o nível de escolaridade dos estudantes, as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, assim como o impacto do sistema de punições e o comportamento dos professores em relação aos alunos (e vice-versa) e a prática educacional em geral. Diante do que se passa, uma das identidades mais comprometidas é a da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado. Essas situações repercutem sobre a aprendizagem e a qualidade de ensino tanto para alunos quanto para professores.

Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02.pdf. Adaptado.

Texto 4

Destaca-se, como um indicador positivo, a vontade de pais, alunos, professores e funcionários em apostar em medidas de resolução compartilhada do problema, tendo em vista a indicação do diaálogo entre alunos, pais, professores e diretoria e da parceria entre escola e comunidade, como dispositivos importantes para conter o fenômeno nocivo a todos. Os estudantes insistem em medidas

preventivas de participação ampliada, baseadas na interação da família com a escola. A instituição é vista, aparentemente, como elemento de mediação entre o aluno e a família, cabendo-lhe trabalhar os significados da violência dentro e fora de seus limites a fim de combatê-la, abordando aspectos importantes na vida do estudante que extrapolam os muros da escola e o período letivo.

Mas existem as opiniões mais radicais. Tanto pais como alunos e corpo técnico-pedagógico advogam disciplina mais dura para quem comete atos irregulares. Citam a expulsão e medidas de segurança como muros altos ou grades de proteção nas escolas. Dentro do contexto das discussões, chamou-se a atenção para a entrada de armas de fogo no ambiente escolar e foi proposta a revista na entrada do colégio para coibir a violência.

Entre outras medidas, tem sido bastante utilizado o apoio de psicólogos nas escolas, focalizando a violência sob uma perspectiva psicológica, e não social. Outro papel de relevância cabe à cultura e à educação, levando ao resgate da auto-estima e a uma conscientização dos problemas e das desigualdades, possibilitando superá-los e gerar solidariedade. O fortalecimento da auto-estima dos alunos serve para combater preconceitos.

Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02.pdf. Adaptado.

MODELO DE REDAÇÃO

O bê-á-bá da violência

A escola é, sobretudo, um local dedicado completamente à educação dos jovens. Porém, a cada dia tem se tornado, também, um palco de intolerância e violência. Esse não é um problema novo. Há muito tempo essas instituições deixaram de ser portos seguros. O que era tratado, antes, como uma questão disciplinar, hoje é visto como delinquência juvenil, chegando próximo à criminalidade. Por isso, é fundamental que esses próprios locais de ensino e famílias se façam intensamente presentes na vida do aluno.

Em primeiro lugar, é importante destacar de que forma esse tipo de violência se propaga em um meio tão estranho à sua existência. Hoje, a questão do celular é umas das mais polêmicas, com relação a isso. Talvez o aparelho seja um dos maiores disseminadores desses atos ao gravar e propagar brigas, além de incentivar intrigas e rachas dentro de sala, até mesmo na questão do cyberbullying. Apesar da proibição, por lei, do uso dessa tecnologia em sala de aula, a presença exagerada desses meios nos colégios pode ser um agravador nos atos violentos.

Outro fator determinante para a violência nas escolas é a segurança que aluno sente nesse ambiente. Se identificar com os professores, se sentir amparado e manter boas relações com os colegas é primordial para que isso não ocorra. Muitas vezes, o distanciamento criado entre aquela que dá aula e o que a vê pode alimentar essa agressividade, além da ideia de concorrência, investimento de muitos colégios. São inúmeros os casos, hoje, de estudantes violentando seus mestres, seus próprios colegas e até destruindo o ambiente escolar, o que pode ser reflexo direto dessa falta de proximidade entre o aluno e o ambiente em que está – ou deveria estar – inserido.

Torna-se evidente, portanto, que a violência escolar, no Brasil, tem causas e consequências graves, sendo necessário que medidas sejam pensadas a fim de minimizar ou até resolver esse problema. Dessa maneira, para a retração desse cenário, pode-se pensar em uma redefinição das regras do uso de aparelhos celulares em sala, por parte da escola e, também, em uma conversa com os próprios pais. Além disso, é fundamental a orientação, da família, das instituições e dos próprios alunos, por especialistas em psicologia escolar. A psicopedagogia pode ser utilizada para que os estudantes se sintam à vontade com o diálogo, com a construção de relações de empatia para com seus colegas e com o ambiente em que passam a maior parte da sua semana. Só assim, revendo regras e debatendo ideias, será possível fazer do ambiente escolar um verdadeiro aprendizado para a vida em sociedade, e não um propagador de atitudes violentas.

TEMA 14

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **Os desafios da educação universitária no Brasil** redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Os alunos da Universidade Estadual da Zona Oeste (Uezo) fizeram uma manifestação na terça-feira (17), na unidade de Campo Grande, no Rio, pedindo mais atenção do governo estadual para com a instituição, que tem enfrentado problemas com a falta de professores, de aulas e até na limpeza do estabelecimento.

Em petição pública dirigida ao governador Luiz Fernando Pezão, a universidade afirma que tem sido negligenciada pelo estado, e que só neste ano, já perdeu 30% de seus professores e o governo não autoriza a instituição a dar posse aos profissionais já concursados, nem a fazer novos concursos.

“Os docentes não têm regime de dedicação exclusiva, como em todas as universidades públicas do país. Ao contrário de outras instituições, os alunos não têm bolsa de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico”, diz a petição.

Em nota, a Uezo reclama que a equipe de gestão da universidade tem se cotizado para fazer o pagamento dos serviços de faxina. "O processo licitatório que estava em curso, no início do ano, para a contratação de empresa especializada, teve de ser suspenso em função do decreto estadual 45.109, que determinou um corte de 20% nos gastos públicos. O novo processo licitatório tem previsão de conclusão até o final deste mês".

Segundo a instituição, o orçamento da Uezo para o exercício de 2016 será de R$ 24 milhões, e os cortes previstos na área de investimento são de 99,9%. “Isso impacta na paralisação da construção do novo campus, suspensa desde o início de 2015, e que precisa de R$ 10 milhões para ser retomada em 2016”. O reitor da Uezo, Alex da Silva Sirqueira, reivindicou, em audiência pública realizada pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, no dia 14 de outubro, um orçamento para possibilitar início das obras do campus, a realização de novos concursos, a implantação do regime de dedicação exclusiva dos professores e o reajuste salarial dos técnicos, girando em torno de R$ 43 milhões.

Disponível em: http://noticias.terra.com.br/brasil/alunos-de-universidade-do-rio-protestam-contra-a-falta-de-professores,32bb292ac48fb1eb0ee098712a20422d3pdbg3zt.html

Texto 2

Texto 3

No Brasil, a formação profissional de nível médio e superior, embora tardiamente, já ocupa o imaginário de mais famílias. Países como os Estados Unidos começaram esse movimento no século 19, com ações de desenvolvimento territorial, como a construção de ferrovias, articuladas com a implantação de escolas secundárias e universidades regionais.

Esse fenômeno de crescente valorização da educação no Brasil está associado à redução da desigualdade e à ascensão social. Há que se reconhecer o impacto das políticas de acesso à educação superior e técnica nos últimos anos, que permitiram que mais cidadãos cursassem uma faculdade ou uma escola técnica.]Essa também é a perspectiva das famílias dos trabalhadores. Dados recentes mostram que a saída de jovens entre 18 e 24 anos do mercado de trabalho se deve à busca por novas oportunidades educacionais. Hoje, graças à diversificação da oferta de cursos, o jovem tem dezenas de alternativas de estudo que lhe darão mais chances profissionais.

Entre as políticas de acesso, o Enem é a grande chave para as várias portas da educação. Por isso, o interesse pelo exame é cada vez maior. Quem faz o Enem

sabe que sua nota pode garantir desde a certificação do ensino médio até uma bolsa no exterior.

Disponível em: http://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2014/07/02/enem-e-sisu-democratizaram-acesso-ao-ensino-superior.htm

Texto 3

Com a ampliação de programas de financiamento estudantil, como o Fies, criação do ProUni e a autorização de funcionamento para mais instituições privadas, o sonho do acesso ao ensino superior se tornou realidade para milhares de estudantes. As barreiras de acesso deixavam de ser intransponíveis. No entanto, apesar da facilitação da entrada nas IES, outro problema surgiu: as dificuldades para a formação universitária.

Uma pesquisa realizada no Instituto de Psicologia da USP mostrou que estudantes oriundos de escolas públicas que conseguem ingressar em uma universidade privada apresentam dificuldades para se manter no curso, mesmo quando recebem bolsas de estudo. O estudo revelou, ainda, que as dificuldades de universitários egressos da rede pública não se resumiam ao vestibular e acompanham os estudantes por toda a graduação. Isso ocorreria tanto por questões financeiras, como pelo baixo conteúdo educacional adquirido desde o ensino básico, fato que prejudica os universitários no acompanhamento do curso.

Disponível em: http://www.jornalgrandebahia.com.br/2015/07/as-dificuldades-da-formacao-universitaria-por-janguie-diniz.html

MODELO DE REDAÇÃO

A saída de um impasse

Nos últimos anos, o ensino superior passou por uma série de mudanças intensas, não só nos seus meios de acesso – com o Enem, o Fies, o Prouni, as cotas sociais e raciais -, mas também na sua estrutura, com o aumento e diversificação do público, o crescimento de unidades, a proliferação das instituições particulares e a formação de novos cursos. Alguns problemas, porém, continuam crescendo e criando obstáculos no desenvolvimento de novas vantagens. Cabe, então, analisá-los, buscar resolvê-los e fazer da universidade pública brasileira uma referência mundial.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que o horizonte do ensino superior brasileiro é indefinido, uma vez que o seu próprio presente não parece ter uma clara descrição. De um lado, há uma concepção clássica, criada na Idade Média e cultivada ao longo de toda a Moderna, para a qual o meio universitário é o lugar da excelência do conhecimento, centralizando a busca da verdade e aprimorando a vida intelectual. De outro, movida por razões fundamentalmente econômicas, há aquela que vê a universidade como um espaço em que o estudante obtém um diploma para o mercado. Do seu ponto de vista, a visão tradicional é elitista, por reservar a universidade a poucos. Uma vez que o mercado de trabalho exige, hoje, o certificado, a academia deve ser um ambiente amplamente democratizado, aberto à ascensão profissional e social de todos.

Entretanto, apesar de, a princípio, as duas definições parecerem constituir um paradoxo, a universidade pode sim ser simultaneamente espaço de produção de conhecimento e realizar uma função pragmática de formar pessoas para o comércio. O problema é que, no mundo concreto e real, no momento de gerir uma universidade, por exemplo, diante da escassez de recursos, o reitor terá de optar entre dar mais recursos para as pesquisas de física teórica ou aumentar o número de vagas no curso de engenharia; para financiar a criação de uma revista referência em filosofia analítica ou criar uma rádio da universidade, garantindo um estágio para os alunos de comunicação social. Conciliar as duas concepções, então, parece o grande desafio do ensino superior.

Torna-se evidente, então, que o grande obstáculo da universidade brasileira, hoje, está na sua própria definição, que parece impedir o seu desenvolvimento. Uma solução bastante prática e eficiente é a de operar uma cisão clara entre essas duas visões de instituição. Seria ótimo para o Brasil, assim como foi na Alemanha, adotar tal modelo, uma vez que, superando o impasse do atual sistema, cada curso

poderia seguir a sua vocação particular de maneira livre. O Poder Público e as empresas poderiam, dessa forma, investir nas duas modalidades de ensino, garantindo aos futuros alunos boas opções. Só assim, resolvendo esse conflito e encontrando um caminho melhor, será possível perceber, de fato, um futuro na universidade brasileira.

TEMA 15

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os desafios no uso das novas tecnologias em salas de aula**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

A professora de Matemática Elisângela Stocco, que trabalha em duas escolas públicas, é conhecida pelos alunos pela frase: “guardem o celular”. “Não sou totalmente contra o uso do celular em sala de aula. Mas acredito que tudo passa por evolução e maturidade. Os nossos jovens e crianças não têm discernimento suficiente para usar esse instrumento como um recurso para auxiliar seu aprendizado e construir seu conhecimento. Ainda é usado basicamente como entretenimento. O maior desafio do professor é manter o interesse, concentração e atenção. Então o uso do celular vem contra o seus objetivos”, defende.

Elisângela considera que os professores buscam uma adaptação, tentando encontrar uma maneira de introduzir essas ferramentas tecnológicas no ensino. No entanto, acredita que é uma tarefa complicada por exigir controle rígido sobre o que os alunos acessam. “Mesmo quando a aula envolve o uso da internet, existe a necessidade de fiscalização e isso gera desconforto, frustração para o professor, pois todo seu planejamento buscando atingir os educandos cai em vigilância constante e a atividade, que deveria ser agradável e rica em aprendizado, acaba abatendo o seu ânimo e o entusiasmo”, identifica.

Enquanto a maioria das escolas veta a utilização com a justificativa de que os dispositivos podem dispersar a atenção e prejudicar o aprendizado, outras optaram por torná-los um recurso pedagógico. Numa escola da rede particular, foi criado, em 2014, um projeto chamado Escola 2.0. Esse projeto, além de melhorar a rede de computadores e internet, introduziu tablets nas aulas. Os tablets são usados em dupla por todos os alunos para a profundar o conteúdo. Essa dinamização é acusada por ampliar os saberes em todas as áreas do conhecimento.

Adaptado de http://diariodamanha.com/noticias/ver/21564/ Celular+em+sala+de+aula%3A+proibir+ou+permitir

Texto 2

Um projeto para estimular estudantes da rede pública a usar tecnologia em sala de aula foi lançado hoje (12) na Escola Municipal Malba Tahan, em Irajá, zona norte do Rio de Janeiro. O projeto Recode em Escolas foi criado pela organização não governamental (ONG) Comitê pela Democratização da Informática (CDI) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e trabalha com os professores da rede pública, procurando sensibilizá-los para o uso das tecnologias e para que passem a enxergar objetos, como o celular e o tablet, como ferramentas para auxiliá-los em sala de aula para melhorar o desempenho dos alunos.

A gerente do Recode em Escolas, Carla Branco, disse que o objetivo é que aparelhos como celular e o tablet sejam inseridos na prática da sala de aula. Para ela, o projeto torna o processo de ensinar e aprender mais interativo. Carla diz que, com o projeto, a secretaria e o CDI dão aos jovens a oportunidade de eles poderem se inscrever em disciplinas eletivas, oferecidas no contraturno.

Na Escola Municipal Malba Tahan, foram capacitados 11 professores, que levam para os alunos, na sala de aula, conteúdos com games (jogos) e competições em disciplinas eletivas. O projeto aproveita o modelo vigente nessa escola, que é o Ginásio Carioca, que tem um período mais estendido de aulas. “É um modelo diferente, com uma carga de aulas maior e melhor para formação dos meninos”, disse Carla. No período fora do horário regular, entram as disciplinas eletivas.

http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/projeto-estimula-estudantes-usar-tecnologias-em-sala-de-aula

Texto 3

3 principais razões para os professores usarem a tecnologia em sala de aula
Introdução
A tecnologia está modificando a cara da educação, e já é fácil ver o impacto destas transformações. Um estudo revela as principais razões pelas quais professores utilizam tecnologia em sala de aula:
76%
Adaptar-se a diversos estilos de aprendizagem
77%
Aumentar a motivação dos alunos
76%
Reforçar o material a ser ensinado
Fonte: http://www.opencolleges.edu.au/infographic/21st_century_classroom
Os dados exibidos neste infográfico são resultados de informações de diversos sites de educação, pesquisados, reunidos e editados por Open Colleges.edu.au.
Bb

MODELO DE REDAÇÃO

A tecnologia está cada vez mais inserida no dia a dia das pessoas, seja como ferramenta fundamental para alguma atividade, como cirurgias de alto risco, seja como instrumento de lazer. No âmbito escolar não é diferente. Adaptar-se a essa presença também em sala de aula é fundamental, porque os estudantes podem e devem utilizá-la para aprender melhor e mais. Entretanto, na prática, ainda existem inúmeras dificuldades que prejudicam tanto o educador quanto o aluno.

Primeiramente, é preciso frisar que aquilo que é novidade pode provocar nas pessoas estranheza e até mesmo resistência. Considerando que em alguns locais o sistema educacional vigente ainda é o modelo tradicional de ensino, inovar é uma dificuldade, porque os professores nem sempre estão preparados para alterar sua metodologia e os alunos não sabem utilizar a tecnologia a seu favor: existe uma gama de distrações na web, como as mídias sociais e sites de entretenimento, que prejudicam essa parceria.

Mesmo com a visão de ensino no Brasil mudando e a ferramenta tecnológica retirando o professor como figura central da aula - detentor absoluto do saber - e transferindo para o aluno o sentimento de pesquisador, a falta de recursos nas escolas é um dos mais fortes impedimentos para o êxito desta combinação. Dessa maneira, nota-se que investimentos que promovam essa interação e infraestrutura são necessários para acompanhar a evolução da escola e das necessidades da sociedade contemporânea.

Fica claro, portanto, que, ao passo que a tecnologia pode auxiliar no desenvolvimento da educação, tornando a aula mais dinâmica com acesso a informações rápidas e instantâneas, ela pode ser uma grande vilã se usada de forma inadequada. Para evitar que isso aconteça, é necessário capacitar os professores para as novas demandas pedagógicas, proporcionando novas didáticas que se relacionem com o jovem estudante que se configura como indivíduo multifacetado, plural em suas características e necessidades. Cabe à escola estabelecer limites e instruir quanto ao uso dessas ferramentas, não as excluindo do cotidiano escolar, mas implementando-as ao ensino. Somente assim será possível controlar e melhorar a via de mão-dupla internet-educação.

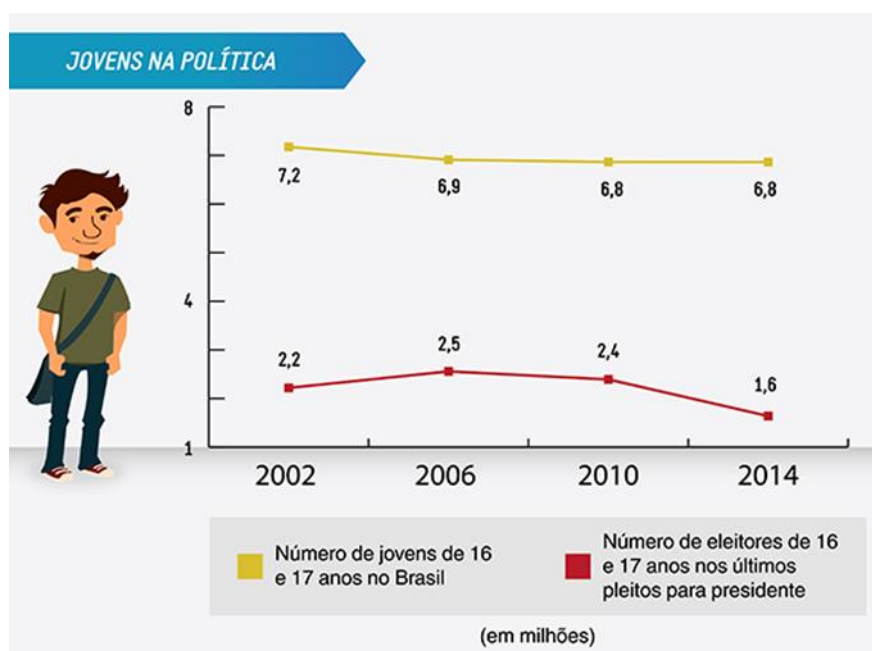
TEMA 16

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Juventude e participação política em questão no mundo contemporâneo**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

A inclusão da juventude nos debates políticos é um dos desafios da democracia em todo o mundo. No Brasil, essa questão ganhou contornos especiais com as manifestações de junho de 2013, quando milhares de pessoas, na maioria jovens, foram às ruas numa explosão social que há muito não se via. Nesse contexto, são fundamentais os debates levantados pelo Dia Internacional da Juventude, comemorado em 12 de agosto e que, em 2015, teve como tema escolhido pelas Organizações das Nações Unidas a "Participação Cidadã da Juventude" (tradução livre de "Youth Civic Engagement").

A ampliação da presença do jovem na esfera pública encontra desafios nas duas pontas do processo. Se por um lado é necessário modificar a estrutura das instituições para que elas se tornem mais abertas para ouvir as demandas dos jovens, por outro é igualmente fundamental fazer a juventude se interessar por política e criar uma cultura de participação.

Disponível em: https://observatoriosc.wordpress.com/2015/08/14/participacao-do-jovem-e-desafio-para-aprofundar-democracia/

Texto 2

Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/_agenciabrasil2013/files/styles/node_gallery_display/public/info_perfil_jovem.png?itok=_g9g97KD

Texto 3

Os jovens, ao contrário do que insinua o senso comum, não são desinteressados da participação na vida pública. O que é fato, contudo, diagnosticado por diferentes investigações no Brasil e em outros países, são as mutações nas formas e conteúdos da participação motivadas pelas novas configurações sociais que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem processos de participação

Os jovens, evidentemente não todos, mantêm a motivação para a participação, porém, é um número reduzido que se encontra disposto a fazê-lo em espaços tradicionais e institucionalizados e também em torno de propostas cujos significados não dialogam com as contemporâneas condições de vivência do tempo da juventude. Um dos traços característicos da vida juvenil, hoje, vem a ser o maior campo de autonomia que os jovens possuem frente aos adultos e às instituições, e a capacidade que diferentes coletivos de jovens têm demonstrado na invenção de novos espaços-tempos de participação.

Pesquisas recentes (Instituto Cidadania, 2003; Ação Educativa, 2003; IBASE/POLIS, 2004; Santos Junior, 2004; UNESCO, 2005) apontam que a participação dos jovens em entidades, associações e agremiações é de baixa intensidade e acompanha tendência participativa do conjunto da população brasileira. O Perfil da Juventude Brasileira (2003) aponta que, dos jovens

entrevistados, apenas 15% participa de algum tipo de grupo juvenil. Quase metade desses jovens participa de grupos culturais, 4% deles de grupos religiosos e a participação em partidos políticos não chegou a ser diferenciada em números relativos, ficando agregada à categoria "outros".

Em 2003, pesquisa de opinião encomendada pelo Observatório da Educação da ONG Ação Educativa procurou conhecer a participação dos cidadãos brasileiros nas instâncias e mecanismos de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Chamou atenção o fato da maioria dos entrevistados (56%) não desejar participar das práticas capazes de influenciar nas políticas públicas. Daqueles que desejam participar, destacam-se os jovens mais escolarizados e as pessoas de maior renda. Um número expressivo de pessoas revelou desmotivação em participar por falta de informação (35%); neste grupo a maior incidência é dos mais jovens, entre 16 e 24 anos, os menos escolarizados e os de menor renda.

Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/formas-e-conteúdos-da-participação-de-jovens-na-vida-pública

Texto 4

O debate político está presente o tempo todo nos grupos de jovens, dentro ou fora da escola. Nas conversas de corredores das escolas, nos espaços das igrejas, nos bares, a todo instante os jovens estão partilhando suas vidas, comentando sobre problemas que atravessam seus cotidianos. Tais partilhas são pouco valorizadas em sala de aula e em outros grupos. Nossa vida é composta por questões privadas e públicas. As questões públicas que atravessam nossas vidas como o desemprego, a qualidade na educação, o acesso a bens culturais, a circulação pela cidade estão latentes na vida da maioria da juventude. É necessário colocar a vida, os gostos, as práticas dos jovens na cena pública. É preciso fazer o jovem sacar que uma questão pesada pra ele e que diz respeito à maioria dos jovens é algo público. E para isso não basta uma ação privada, individual, mas uma ação pública, ou seja, uma ação política. Enquanto não percebermos que falar de política é tratar da nossa vida, o debate político sempre será entendido como algo distante.

Disponível em: http://www.mundojovem.com.br/entrevistas/participacao-politica-quando-o-jovem-entra-em-cena

MODELO DE REDAÇÃO

À luta com essa juventude

Na década de 80, o Brasil viu uma geração que cresceu em meio à ditadura se levantar e lutar pelo direito de participar politicamente na vida do país por meio do voto. Esse movimento viria a ser conhecido como "Diretas já", que, apesar de não ter atingido seu objetivo principal à época, tornou-se um marco da nossa ainda recente democracia. Alguns, contudo, dizem que, pela forma como os jovens do século aparentemente tratam o voto, foi uma batalha em vão. O questionamento que se faz hoje é se eles realmente não se importam com a política ou se estão recriando o modo de fazê-la.

Em primeiro lugar, precisamos levar em consideração que há um enorme descontentamento com relação à participação pelo voto em muitas democracias pelo mundo. No Brasil, em especial, o momento de crise em diversas esferas da sociedade aponta para uma falência do modelo tradicional de participação política. Segundo dados da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a diminuição da quantidade de adolescentes entre 16 e 18 anos que não votam enquanto não são obrigados é apenas mais uma prova disso. Essa questão, porém, é cultural: fomentada dentro de casa, com famílias que preferem ignorar o assunto a ter discussões críticas sobre o tema, e na escola, que valoriza muito o conteúdo, mas pouco prepara o aluno para a realidade do "ser cidadão".

Entretanto, é preciso levar em consideração que ser um sujeito ativo politicamente não se restringe a votar. Na verdade, é fazer valer a sua voz dentro do Estado Democrático de Direito. Muitas vezes, aquele que não vota, mas que busca direitos seus e de outros por meio das redes sociais, por exemplo, participa mais que alguém que vai às urnas quando é obrigado, sem, contudo, acompanhar os reflexos do ato. Nesse sentido, podemos ver uma juventude engajada e participativa, que também vai à luta, às ruas, como nas manifestações de 2013, e, mesmo que em contexto diferente dos jovens das Diretas e das Primaveras pelo mundo, constrói um novo caminho para superar os obstáculos que a tradicional forma de fazer e atuar na política mostram ter.

Dessa forma, portanto, fica claro que, apesar de aparentemente apática e desinteressada quanto à política, a juventude do século XXI utiliza das ferramentas que tem à disposição para mostrar a força de sua voz. Contudo, ainda há muito a ser feito para que esse engajamento e essa energia sejam aproveitados em prol da nação. É preciso fomentar o debate e tirá-lo apenas das redes sociais e universidades: política é assunto de família e deve ser tratado de maneira saudável, respeitando as diferenças. É de extrema relevância, também, que se ensine na

escola como funciona e a importância de participar, enquanto cidadão, da vida política do país, com discussões, palestras e até eleições internas. Sendo assim, que sejamos como Gonzaguinha, que acredita na rapaziada, pois eles buscam a manhã desejada.

TEMA 17

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Suicídio entre os jovens brasileiros: como enfrentar esse problema?**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O suicídio tem crescido entre as causas de mortes de jovens até 19 anos no Brasil. Em 2013, 1% de todas as mortes de crianças e adolescentes do país foram por suicídio, ou 788 casos no total. O número pode parecer baixo, mas representa um aumento expressivo frente ao índice de 0,2% de 1980.

Entre jovens de 16 e 17 anos, a taxa é ainda maior, de 3% frente ao número total. O aumento também ocorre em relação às mortes para cada 100 mil jovens dessa mesma faixa etária: a taxa foi de 2,8 por 100 mil em 1980 para 4,1 em 2013.

Os dados fazem parte da pesquisa Violência Letal: Crianças e Adolescentes do Brasil. Eles foram compilados pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), um organismo de cooperação internacional para pesquisa.

Segundo Alexandrina Meleiro, jovens imersos em redes sociais como Facebook ou Instagram assistem a retratos de vidas fantásticas. Internautas tendem a selecionar posts que exibam suas melhores conquistas e construir cuidadosamente imagens coloridas de suas vidas. Por comparação, a vida de quem assiste a esse espetáculo parece pior, principalmente quando surgem problemas.

Dificuldades em lidar com ou ter a própria sexualidade aceita continuam a contribuir para comportamento suicida. De acordo com Alexandrina Meleiro, é comum que pais se digam compreensivos quanto à sexualidade dos filhos, mas tenham problemas em lidar, na prática, com filhos não heterossexuais.

Mortes por suicídio são cerca de três vezes maiores entre homens do que entre mulheres. De acordo com cartilha da Associação Brasileira de Psicologia sobre o tema do suicídio 'papéis masculinos tendem a estar associados a maiores níveis de força, independência e comportamentos de risco'. O reforço desse papel pode impedir que homens procurem ajuda em momentos de sofrimento. 'Mulheres têm redes sociais de proteção mais fortes.'

Maus tratos e abuso físico e sexual durante o desenvolvimento também podem estar associados ao suicídio.

De acordo com a professora, pessoas suicidas tendem a se envolver em comportamentos autodestrutivos, como o uso de drogas sem moderação. 'Assim como o álcool contribui para a violência contra o próximo, ele pode desencadear violência contra si mesmo.'

Ela também afirma que os jovens são em parte vítimas da própria criação. Pais excessivamente focados em suas próprias carreiras e vidas pessoais sentem-se culpados em relação aos filhos, e tendem a consolá-los com conquistas materiais. "'Se quebrou o iPhone, o pai providencia outro.'"

Esse excesso de proteção pode dificultar que o jovem desenvolva, por si próprio, formas de lidar com a frustração com problemas do amadurecimento, como uma desilusão amorosa ou dificuldades para encontrar um emprego.

Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/30/Por-que-precisamos-falar-sobre-o-suic%C3%ADdio-de-jovens-no-Brasil

Texto 2

O CVV — Centro de Valorização da Vida, fundado em São Paulo em 1962, é uma associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de Utilidade Pública Federal em 1973. Presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção do suicídio para todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo.

Realizamos mais de um milhão de atendimentos anuais por aproximadamente 2.000 voluntários em 18 estados mais o Distrito Federal. Esses contatos são feitos pelo telefone 141 (24 horas), pessoalmente (nos 72 postos de atendimento) ou pelo site www.cvv.org.br via chat, VoIP (Skype) e e-mail.

É associado ao Befrienders Worldwide, entidade que congrega as instituições congêneres de todo o mundo e participou da força tarefa que elaborou a Política Nacional de Prevenção do Suicídio do Ministério da Saúde.

Em setembro de 2015 iniciamos o atendimento pelo telefone 188, primeiro número sem custo de ligação para prevenção do suicídio que, neste primeiro momento só funciona no estado do Rio Grande do Sul, onde o 188 é operado pelo CVV em fase de teste para ampliação a todo território nacional.

O CVV desenvolve outras atividades relacionadas a apoio emocional além do atendimento, com ações abertas à comunidade que estimulam o autoconhecimento e melhor convivência em grupo e consigo mesmo em todo o Brasil. A instituição também mantém o Hospital Francisca Julia que atende pessoas com transtornos mentais e dependência química em São José dos Campos-SP.

http://www.cvv.org.br/cvv.php

Texto 3

O que mata mais os jovens?

1,3 milhão

de jovens morrem no mundo anualmente, vítimas de causas evitáveis ou tratáveis

1. Trânsito: Acidentes são a principal causa de morte – 11,6% do total

2. Suicídio fica em segundo, responsável por 7,3% das mortes

3. HIV/Aids e infecções respiratórias

4. Violência: O Brasil é o 6º país do mundo com mais homicídios em que vítimas são jovens

OMS, CDC, UNICEF / 2012

Texto 4

A curta história de Ariele Vidal Farias integra um fenômeno crescente na cidade de São Paulo: os casos de suicídio de jovens mulheres, com idade entre 15 e 34 anos. Mais velha de três irmãos, Ariele vivia com a mãe —os pais, separados, mas de convivência amistosa, contam que nunca notaram sinais de depressão na primogênita. Em março de 2014, ao voltar para casa à tarde, após a escola, a irmã mais nova encontrou Ariele enforcada. Ela tinha 18 anos.A família descobriria depois que a ex-escoteira treinara os nós a partir de um livro, deixado fora do lugar, e até uma boneca foi encontrada nos seus pertences com um laço no pescoço. Na carta de despedida, escreveu: "Gente morta não decepciona ninguém".

O número de suicídios de mulheres de 15 a 34 anos na capital, que representava 20% do total nessa faixa em 2010, pulou para 25% quatro anos depois. De acordo com o "Mapa da Violência — Os Jovens do Brasil", estudo elaborado pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), a taxa de suicídio dos jovens em São Paulo aumentou 42% entre 2002 e 2012.

"Tenho duas conjecturas para a decisão dela. Uma possível crise pela descoberta da homossexualidade, ela tinha contado para uma tia que gostava de uma menina, e o fato de ser muito exigente consigo mesma", responde o pai de Ariele, o oficial de justiça Ivo Oliveira Farias, 58. A filha se preparava para seguir sua carreira. Dias depois do enterro, a família receberia a notícia de que ela fora aprovada em direito.

Fenômeno que ocorre cada vez mais entre os jovens, homens ou mulheres, o suicídio deve ser abordado sem estigmas, afirmam especialistas. Os tratamentos psiquiátricos e psicológicos são recomendados para os sobreviventes, estejam eles participando ou não de grupos como os do CVV (Centro de Valorização da Vida). Na rede pública de saúde de São Paulo, a Covisa (Coordenação de Vigilância em Saúde) monitora casos de potenciais suicidas. Se alguma pessoa for internada duas vezes seguidas por intoxicação, por exemplo, o órgão pode encaminhá-la para acompanhamento.

Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1742198-suicidio-de-jovens-mulheres-avanca-em-sao-paulo.shtml

MODELO DE REDAÇÃO

Embora apresentada em 428 a. C., a tragédia grega Hipólito, de Eurípides, por meio da personagem Fedra, mulher apaixonada, já abordava uma das maiores causas atuais de morte dos jovens de até 19 anos no Brasil: o suicídio. A falta de um lugar no qual o adolescente possa se definir e se reconhecer como sujeito, tanto na família como na sociedade, revela um sério problema de saúde pública, pois se configura um assassinato em que vítima e agressor são a mesma pessoa. Por trás do comportamento suicida, há uma combinação de fatores socioculturais que, embaralhados, culminam numa manifestação exacerbada contra si mesmo.

Segundo o Departamento de Saúde Mental e Medicina Legal da UFG, a família representa a condição necessária para o crescimento e desenvolvimento de vínculos que garantam a sobrevivência física, social e afetiva das pessoas. Contudo, o contexto familiar é considerado fator desencadeante para a tentativa de suicídio. Perdas de vínculos afetivos, violência doméstica ou doenças mental ou física colocam o adolescente em situação de vulnerabilidade. O jovem tende a ser contestador, impetuoso e, ao mesmo tempo, imaturo e inseguro ao se deparar com novas visões da família e da sociedade, visto que na adolescência a busca de referências constitui uma forte razão para a existência.

Além disso, a escola pode se tornar um cenário favorável no que se refere ao fortalecimento do comportamento suicida. O bullying, problema mundial encontrado em qualquer escola, está por trás de muitas tentativas de suicídio entre adolescentes. Conforme a Psicologia do Desenvolvimento, o jovem é influenciado facilmente pelas opiniões alheias e, nesta tentativa de se encaixar, passa a agir de forma inconstante. No estágio em que se adquire uma identidade psicossocial, se as questões não forem bem resolvidas, o adolescente não reconhece sua identidade e seu papel no mundo e busca um referencial que dê sentido a seu existir, o que configura as obras ultrarromânticas, marcadas por dor, frustração, tédio, evasão da realidade e desejo pela morte.

Considerado pela OMS problema de saúde pública, o fenômeno do suicídio não só desafia os profissionais da saúde, mas também o campo das ciências humanas. O Estado não pode majorar o sofrimento de quem decide se matar punindo-o e no Brasil não se fala de prevenção ao suicídio em escolas. Dessa maneira, por meio de um curso, cabe ao Ministério da Educação, juntamente ao Ministério da Saúde, identificar os fatores de risco, estabelecendo linhas que estimulem a autoestima dos adolescentes e criando espaços de diálogos para eles sobre a fase da adolescência. Ao vislumbrar possibilidades no existir, procura-se ultrapassar sofrimentos e desmascarar sinais do complexo fenômeno que perpassa desde o início da civilização.

TEMA 18

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A democratização do acesso à cultura em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Sabe-se que a Constituição é a lei fundamental e suprema de uma nação, ditando a sua forma de organização e seus princípios basilares.

Os Direitos Culturais, além de serem direito s humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988 devido à sua relevância como fator de singularizarão da pessoa humana. Como afirma Bernardo Novais da Mata Machado, "os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, cuja história remonta à Revolução Francesa e à sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que sustentou serem os indivíduos portadores de direitos inerentes à pessoa humana, tais como direito à vida e à liberdade."

Fato é que a cultura reflete o modo de vida de uma sociedade, além de interferir em seu modo de pensar e agir, sendo fator de fortalecimento da identidade de um povo e indubitavelmente de desenvolvimento humano. Conforme afirma José Márcio Barros, a "cultura refere-se tanto ao modo de vida total de um povo – isso inclui tudo aquilo que é socialmente aprendido e transmitido, quanto ao processo de cultivo e desenvolvimento mental, subjetivo e espiritual, através de práticas e subjetividades específicas, comumente chamadas de manifestações artísticas"

Nesse sentido, com o intuito de garantir o direito à cultura, assim diz a Constituição:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.o O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2.o A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Disponível em: http://observatoriodadiversidade.org.br/site/ o-direito-de-acesso-a-cultura-e-a- constituicao-federal

Texto 2

Desigualdades no acesso à produção cultural:

Entretenimento: a minoria dos brasileiros frequenta cinema uma vez no ano. Quase todos os brasileiros nunca frequentaram museus ou jamais frequentaram alguma exposição de arte. Mais de 70% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora muitos saiam para dançar. Grande parte dos municípios não possui salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

Livros e Bibliotecas: o brasileiro praticamente não tem o hábito de leitura. A maioria dos livros estão concentrados nas mãos de muito poucos. O preço médio do livro de leitura é muito elevado quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Muitos municípios brasileiros não têm biblioteca, a maioria destes se localiza no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.

Acesso à Internet: uma grande porcentagem de brasileiros não possui computador em casa, destes, a maioria não tem qualquer acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).

Profissionais da Cultura: a metade da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalha por conta própria. (Fonte: Ministério da Cultura – IBGE - IPEA).

Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/culture-and-development/access-to-culture/

Texto 3

O Ministério da Cultura mostrou-se necessário ao Brasil. Hoje temos estudos e projetos brasileiros como referência em organizações internacionais que tratam dos problemas dos direitos autorais em ambiente digital. Somos (ou tínhamos sido) pioneiros na luta em defesa dos criadores, que se viram sem saber o quê, como, quanto e quando receberão pela divulgação de sua obra em plataformas de streaming. A Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI) do MinC vinha se tornando um "think tank" especializado nesses assuntos. Sem falar na situação do audiovisual,

que se tornou uma atividade superavitária; nos Pontos de Cultura, que buscam acompanhar e proteger centros de criação artística em todo o território nacional; na atenção ao patrimônio histórico. Sem altas verbas (muito ao contrário), o MinC tem mostrado que o país passou a dar à produção cultural o valor que ela merece.

http://oglobo.globo.com/cultura/artigo-sem-festa-por-caetano-veloso-19308827

MODELO DE REDAÇÃO

A cultura é o meio pelo qual um povo se expressa. O indivíduo é essencialmente cultural, uma vez que vive imerso em determinados costumes, língua, rituais, hábitos alimentares, entre outros elementos que moldam a sociedade. Dentro desse cenário, é possível destacar um item específico, que deveria ser acessível a todos, já que constitui parte da identidade do ser humano: as artes. Por esse motivo, é necessário pensar na democratização cultural, a fim de que ela seja efetivamente direito de todos.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que tornar acessível a cultura envolve diversos aspectos. Sendo o Brasil um país com elevado número de habitantes de diferentes etnias, crenças, tradições e grupos sociais, é evidente que exista uma imensa variedade de manifestações. Desse modo, a democratização deve começar pela valorização de todas elas, garantindo que nenhuma deixe de ser contemplada. No entanto, é notável que o preconceito atua de maneira incisiva nesse cenário. O "funk", por exemplo, é caracterizado como música de baixa qualidade, sem cultura, como se não representasse a identidade brasileira, por estar relacionado aos moradores de favelas e periferias. Tal fato enfraquece a ideia de representação nacional.

Outro aspecto relevante ao processo de tornar a cultura uma realidade para todos é o acesso aos seus bens. Uma parcela muito pequena da população brasileira vai ao cinema e ao teatro, enquanto boa parte sequer visitou um museu. Além disso, a maioria dos municípios brasileiros não conta com espaços culturais. É evidente que o acesso à cultura envolve diversos aspectos, tais como transporte, custos de ingresso e, até mesmo, a questão intelectual. Para isso, em 1985, governo Sarney, foi criado o Ministério da Cultura. No entanto, a arte continua sendo exclusiva aos que têm maior poder aquisitivo, já que podem arcar com os custos e, por poderem pagar por educação de qualidade, compreendem melhor a linguagem artística e os contextos histórico e social. Desse modo, o que deveria unir a população é mais um fator segregador.

Fica claro, portanto, que a democratização cultural é imprescindível ao processo de inclusão social. Cabe ao Estado estimular o acesso aos meios artísticos, financiando o custo dos ingressos, facilitando o transporte até os centros culturais e incentivando o ensino de Artes nas escolas públicas. Além disso, a mídia tem papel crucial em conceber a mesma importância a todos as manifestações culturais, sem preterir determinados grupos sociais e regiões, em novelas, séries e até programas

de televisão. Dessa forma, a cultura será, de fato, um patrimônio de todos, não só uma forma de expressão, mas também de orgulho brasileiro.

TEMA 19

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema O preconceito linguístico e seus efeitos em discussão no Brasil, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O preconceito lingüístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua.

A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito lingüístico.

BAGNO, Marcos. Preconceito lingüístico – o que é, como se faz. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002

Texto 2

“Sou filha de empregada doméstica e cresci ouvindo minha mãe, que tinha baixa escolaridade, falar. Quando ingressei na escola, estranhei a forma como as pessoas falavam. Era muito diferente da minha. Então, procurava ficar quieta, pois tinha medo de ser corrigida pela professora”. Essa é uma narrativa de uma estudante do curso de Pedagogia que me fez refletir sobre o preconceito linguístico

dentro da escola, sobre o sofrimento e exclusão das crianças quando submetidas à avaliação equivocada da linguagem “certa” e a “errada”.

“Quem fala errado não sabe nada”. Com base nesse mito tão bem discutido por Marcos Bagno, no livro Preconceito Linguístico, a mãe que fala “mode que” em lugar de “por causa de” tem tratamento diferenciado na escola. A criança que diz “nós vai” é muitas vezes corrigida, em alto e bom som.

Precisamos superar práticas pedagógicas que, muitas vezes, amordaçam os alunos e ridicularizam suas linguagens, em um apagamento intencional de suas heranças biográficas.

Disponível em: http://novaescola.org.br/blogs/questao-de-ensino/ e-preciso-combater-o-preconceito-linguistico-na-escola/

Texto 3

O preconceito linguístico nas sociedades ocidentais é derivado principalmente das práticas escolares. A escola sempre foi muito autoritária, muitas vezes as pessoas tinham que esquecer a língua que já sabiam e aprender um modelo de língua. Qualquer manifestação fora desse modelo era considerada erro, e a pessoa era reprimida, censurada, ridicularizada.

Outro grande perpetuador da discriminação linguística são os meio de comunicação. Infelizmente, pois eles poderiam ser instrumentos maravilhosos para a democratização das relações linguísticas da sociedade. No Brasil, por serem estreitamente vinculados às classes dominantes e às oligarquias, assumiram o papel de defensores dessa língua portuguesa que supostamente estaria ameaçada. Não interessa se 190 milhões de brasileiros usam uma determinada forma linguística, eles estão todos errados e o que apregoam como certo é aquela forma que está consolidada há séculos. Isso ficou muito evidente durante todas as campanhas presidenciais de que Lula participou. Uma das principais acusações que seus adversários faziam era essa: como um operário sem curso superior, que não sabe falar, vai saber dirigir o país? Mesmo depois de eleito, não cessaram as acusações de que falava errado. A mídia se portava como a preservadora de um padrão linguístico ameaçado inclusive pelo presidente da República.

Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/politica/preconceito-que-cala-lingua-que-discrimina

Texto 4

QUAR SÃO MINHAS NOTA?
QUAIS SÃO AS MINHAS NOTAS, CHICO?
I EU QUI VÓ SABÊ?
OCÊ TAMBÉM FEIZ PROVA?
ISSO É LÁ PORTUGUÊS QUE SE FALE? JÁ PRO CASTIGO!
MAIS...
E AMANHÃ QUERO VOCÊ O FINO NO PORTUGUÊS!

MODELO DE REDAÇÃO

Poliglotismo nacional

A língua é um dos principais instrumentos que sustentam a vida em sociedade, já que é responsável pela comunicação e interação entre os indivíduos. No entanto, ela também pode atuar de maneira negativa, sendo uma das ferramentas de segregação social. O preconceito linguístico, no Brasil, é muito evidente e, por isso, é preciso entender que há diversas variantes na língua, e uma não deveria ser mais prestigiada em relação às demais.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, embora todos os brasileiros sejam falantes da Língua Portuguesa, ela apresenta diversas particularidades no contexto regional, etário, social e histórico. Isso significa que a linguagem está em constante transformação, e os responsáveis pelas mudanças são os próprios falantes, independente de classe social ou nível de escolaridade. Nesse sentido, não se deve desconsiderar a gramática normativa e suas regras, já que ela serve como base para o sustento do idioma, mas sim admitir que todas as variações são inerentes à língua.

Além disso, é evidente que o fato de existir uma variante padrão faz com que as demais sejam desprestigiadas, gerando o preconceito linguístico. Esse tipo de preconceito – pouco discutido no Brasil – acentua ainda mais a desigualdade social no país, pois a língua está totalmente ligada à estrutura e aos valores da sociedade, e os falantes da norma culta são aqueles que apresentam maior nível de escolaridade e poder aquisitivo. Os indivíduos que sofrem discriminação linguística tendem a desenvolver problemas de sociabilidade e, até mesmo, psicológicos.

Fica claro, portanto, que a língua é um fator decisivo na exclusão social. Por isso, o preconceito linguístico deve ser admitido e combatido. Primeiramente, as escolas deveriam fazer uma abordagem mais aprofundada sobre esse tema, além de ensinar, nas aulas de Português, todas as variantes existentes na língua. A mídia deveria parar de estereotipar os personagens de acordo com a sua maneira de falar e poderia investir em campanhas que ajudem a desconstruir o preconceito linguístico. Afinal, ser um “bom” falante é ser poliglota na própria língua.

TEMA 20

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O "jeitinho brasileiro" em discussão no século XXI**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Quase um em cada quatro brasileiros (23%) afirma que dar dinheiro a um guarda para evitar uma multa não chega a ser um ato corrupto, de acordo com uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Vox Populi. Os números refletem o quanto atitudes ilícitas, como essa, de tão enraizados em parte da sociedade brasileira, acabam sendo encaradas como parte do cotidiano.

"Muitas pessoas não enxergam o desvio privado como corrupção, só levam em conta a corrupção no ambiente público", diz o promotor de Justiça Jairo Cruz Moreira. Ele é coordenador nacional da campanha do Ministério Público "O que você tem a ver com a corrupção", que pretende mostrar como atitudes que muitos consideram normal são, na verdade, um desvirtuamento ético.

Como lida diariamente com o assunto, Moreira ajudou a BBC Brasil a elaborar uma lista de dez atitudes que os brasileiros costumam tomar e que, por vezes, nem percebem que se trata de corrupção.

- Não dar nota fiscal
- Não declarar Imposto de Renda
- Tentar subornar o guarda para evitar multas
- Falsificar carteirinha de estudante
- Dar/aceitar troco errado
- Roubar TV a cabo
- Furar fila
- Comprar produtos falsificados
- No trabalho, bater ponto pelo colega
- Falsificar assinaturas

"Aceitar essas pequenas corrupções legitima aceitar grandes corrupções", afirma o promotor. "Seguindo esse raciocínio, seria algo como um menino que hoje não vê problema em colar na prova ser mais propenso a, mais pra frente, subornar um guarda sem achar que isso é corrupção." Segundo a pesquisa da UFMG, 35% dos entrevistados dizem que algumas coisas podem ser um pouco erradas, mas não corruptas, como sonegar impostos quando a taxa é cara demais.

Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/11/121024_corrupcao_lista_mdb.shtml. Adaptado.

Texto 2

Texto 3

No Brasil, basta um escândalo de corrupção estampar as manchetes dos jornais para que os comentaristas de plantão vociferem palavras de ordem na internet em que exigem, até, a pena de morte para os corruptores. Mas esses mesmos gritos raivosos aceitam, pacificamente, os pequenos crimes que eles próprios e muitos conhecidos praticam no dia a dia, sem nem mesmo perceber que o "jeitinho" do cotidiano também é uma forma de corrupção.

Na última semana, um cartaz colado em um muro de uma grande avenida de São Paulo perguntava aos passantes: “Habilitação suspensa?”. O anúncio, que desrespeitava a lei Cidade Limpa, legislação municipal que proíbe a colocação de cartazes em locais públicos, trazia um número de telefone e oferecia um serviço: dar um “jeitinho” nos pontos obtidos na carteira de motoristas que tiveram suas licenças para dirigir retiradas por causa do excesso de multas recebidas no trânsito.

O “jeitinho” brasileiro se estende para além do trânsito. Em pleno centro de São Paulo, a maior cidade do país, é possível comprar diplomas falsos que permitem a participação em concursos públicos e, mais comum ainda, atestados médicos, para justificar ausências mais prolongadas no trabalho. Também é possível, sem nem mesmo sair de casa, “roubar” o sinal da TV à cabo do vizinho, sem que ele saiba, ou comprar um aparelho decodificador de sinal pela própria internet e usá-lo para sempre sem ter que pagar mensalidade às operadoras, que, afinal, “cobram muito caro”. A prática é tão institucionalizada que tem até nome: “o gato net”.

Mas a corrupção diária pode ser ainda mais grave. A previdência social, uma das áreas mais afetadas pelo “jeitinho”, descobriu, apenas em 2013, 56 fraudes que causaram um prejuízo de 82 milhões de reais aos cofres públicos, afirma o Ministério da Previdência Social. O dinheiro estava sendo destinado para pessoas que passaram a receber benefícios depois de apresentarem documentos falsos, como atestados médicos ou comprovantes de união estável.

Uma pesquisa feita pelo Centro de Referência do Interesse Público (CRIP) da Universidade Federal de Minas Gerais mostrou em 2009 que 77% dos entrevistados acreditavam que a corrupção é um problema grave no país. Ao mesmo tempo, 35% delas concordaram que atitudes como sonegar impostos, quando eles são caros, podem ser erradas, mas não corruptas.

Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/04/sociedad/1386197033_853176.html. Adaptado.

MODELO DE REDAÇÃO

Uma lei em desuso

Em ”O que é o Brasil?”, ensaio escrito em 2006, o antropólogo Roberto da Matta discorre sobre a identidade da nossa pátria considerando os aspectos mais populares e, claro, um tema recorrentemente debatido não ficou de fora: o famoso ”jeitinho brasileiro”. Embora a expressão esteja também relacionada à capacidade de o povo tupiniquim se adaptar às situações mais inesperadas, é o aspecto negativo que se sobressai, uma vez que muitos buscam obter vantagens pessoais transgredindo regras.

A violação das convenções sociais, além de configurar um desvio de conduta, está na contramão dos ideais igualitários desejados por todos. Em um momento em que casos de corrupção envolvendo o governo ganham espaços na mídia, faz-se necessária uma análise das nossas condutas diárias. Para contribuir com essa reflexão, o Conselho Nacional de Justiça lançou, no ano de 2013, uma campanha com o intuito de estimular o cidadão a adotar posturas mais éticas em situações cotidianas, nas quais comportamentos desonestos passam muitas vezes despercebidos. Ao trazer à tona ações tidas como irregulares, o CNJ lançou um convite à honestidade, valor este que nos dias de hoje encontra-se cada vez mais escasso.

Mudar esse quadro é importante também para desconstruir o rótulo de malandro que acompanha o brasileiro e que é tão prejudicial à imagem do nosso país lá fora. Aqui mesmo, inclusive, esse estereótipo foi usado em diversas obras brasileiras, como em Macunaíma, “o herói sem caráter”, de Mário de Andrade, e Memórias de um Sargento de Milícia, de Manual Antônio de Almeida, na qual o personagem Leonardo apresenta um caráter duvidoso. Essa representação ultrapassou nossas fronteiras e chegou aos estúdios da Disney, com a criação do famoso Zé Carioca. Dessa forma, a famosa “esperteza” do povo brasileiro passou a ser uma das características mais divulgadas no exterior, contribuindo, assim, para perpetuar uma imagem pejorativa, que precisa ser apagada.

Fica claro, portanto, que a cultura negativa do ‘’jeitinho brasileiro” deve ser combatida. Para tanto, é primordial que haja, por parte do governo, maior rigor e punição àqueles que praticam atos ilícitos; cabe ao indivíduo lutar por uma sociedade que privilegie a todos, sem nenhuma transgressão; à família propagar entre seus membros valores como o respeito e a honestidade e à mídia promover discussões que levem à reflexão de que uma sociedade justa somente será possível por meio de comportamentos éticos. É preciso, cada vez mais, evitar que a Lei de

Gérson, que prega que “o importante é levar vantagem em tudo”, se torne prática corriqueira.

TEMA 21

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Mobilidade urbana no século XXI: o ir e vir em questão na sociedade Brasileira**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Os movimentos e protestos populares a que o Brasil assistiu nos meses de junho e julho de 2013 trouxeram à tona a questão da mobilidade urbana e da acessibilidade, que está implicada (e diretamente) na formação e construção da identidade do indivíduo. Chaves na sociabilização dos habitantes de uma cidade, elas propiciam o acesso a seus recursos mais importantes: o capital social, cultural e econômico.

Assim, o direito à cidade é um dos direitos maiores das sociedades modernas. Uma das condições decisivas para que a acessibilidade aos bens urbanos se efetive é a mobilidade urbana, algo que vai além de transportes e da mera funcionalidade da cidade.

A mobilidade urbana não deve ser pensada apenas pelo viés técnico, como área de domínio dos engenheiros especializados, pois não se trata apenas de ofertar meios de transporte para uma demanda de circulação, instalando equipamentos e tecnologias. É a cidade que precisa ser pensada em conexão com a questão da mobilidade e, de fato, isso não ocorre no Brasil.

Uma questão-chave que precisa ser compreendida: a cidade condiciona as formas de mobilidade, como as condições de mobilidade influem sobre a cidade. Conectar as dimensões nos leva a perguntar: que mobilidade para qual tipo de cidade? A forma da cidade, morfologia urbana, não pode ser abstraída quando se pensa a mobilidade urbana. Mas, por incrível que pareça, tudo o que acompanhamos sobre as questões relativas à mobilidade urbana das cidades brasileiras ignora essa relação.

Disponível em: http://www.cartanaescola.com.br/single/show/157.

Texto 2

Texto 3

O trânsito se tornou uma das maiores dores de cabeça para a população. O acúmulo de veículos nas ruas causa prejuízos, estresse, acidentes e poluição, e tende a piorar nos próximos anos, caso não sejam adotadas políticas mais eficientes.

O problema agravou-se nas últimas décadas graças à concentração de pessoas nas cidades, à falta de planejamento urbano, aos incentivos à indústria automotora e ao maior poder de consumo das famílias. Isso tudo provocou o que os especialistas chamam de crise de mobilidade urbana, que acontece quando o Estado não consegue oferecer condições para que as pessoas se desloquem nas cidades.

Segundo o relatório “Estado das Cidades da América Latina e Caribe”, 80% da população latino-americana vive em centros urbanos e 14% (cerca de 65 milhões) habita metrópoles como São Paulo e Cidade do México. Ocorre que esse aumento contínuo da população urbana não foi acompanhado de políticas de urbanização e infraestrutura que resolvessem questões como moradia e transporte.

A má qualidade do transporte público e o incentivo ao consumo faz a população optar pelo transporte individual. De acordo com o Observatório das Metrópoles, a frota de veículos nas metrópoles brasileiras dobrou nos últimos dez anos, com um crescimento médio de 77%. Os dados revelam que o número de automóveis e motocicletas nas 12 principais capitais do país aumentou de 11,5

milhões para 20,5 milhões, entre 2001 e 2011. Esses números correspondem a 44% da frota nacional.

Trecho disponível em http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/mobilidade-urbana-como-solucionar-o-problema-do-transito-nas-metropoles.htm

Texto 4

MODELO DE REDAÇÃO

Aumento nas tarifas. Superlotação. Veículos sem manutenção. Acessibilidade precária. Trânsito caótico. Contrariando a Constituição Federal, que tem como uma de suas garantias fundamentais o direito de ir e vir aos cidadãos, a mobilidade urbana no Brasil apresenta diversas falhas no que diz respeito à qualidade dos serviços oferecidos, ampliando significativamente a insatisfação das pessoas dependentes desses meios de transporte.

Primeiramente, é possível apontar que essa defasagem social contribui para o crescimento ascendente do número de veículos particulares nas ruas, já que a população insatisfeita enxerga vantagens em um meio de transporte próprio. Entretanto, essa alternativa promove um trânsito caótico com engarrafamentos quilométricos, porque mesmo os grandes centros não estão estruturados – apresentam má sinalização e iluminação, buracos nos asfaltos, altos índices de violência – para suportar esse fluxo desordenado de carros, motos e ônibus. Em São Paulo, por exemplo, há um esquema de rodízio de veículos para tentar amenizar esses problemas, mas ainda assim é uma medida insuficiente.

Outro ponto negativo dessa realidade é a dificuldade de locomoção que os portadores de necessidades especiais enfrentam, visto que a acessibilidade está diretamente ligada à mobilidade urbana: não há acesso se não há planejamento e aplicação de medidas inclusivas. Dessa forma, fica claro que essa insuficiência afeta a população em vários níveis, chegando até mesmo a provocar, por exemplo, males advindos do estresse, segregação e acidentes. Isso acontece porque não há conforto nem comodidade nos veículos que na maioria das vezes estão superlotados e as viagens duram períodos cada vez mais longos.

Diante disso, é essencial que o Governo aplique as verbas destinadas aos transportes na sua manutenção e acessibilidade e invista em projetos de mobilidade urbana e obras nas cidades, garantindo assim uma reestruturação e adaptação dos meios e demais vias de locomoção. Cabe à sociedade ficar atenta ao que é seu por direito e não esquecer o que as “Manifestações dos 20 centavos” representaram, reivindicando perante as autoridades responsáveis justiça nas taxas e prestações desses serviços, fazendo valer o que está escrito na Constituição.

TEMA 22

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os obstáculos na doação de sangue no Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

É preciso criar o hábito de doar. Atualmente, são coletadas no Brasil, cerca de 3,6 milhões de bolsas/ano, o que corresponde ao índice de 1,8% da população doando sangue. Embora o percentual esteja dentro dos parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Ministério da Saúde trabalha para aumentar este índice. O Ministério da Saúde reduziu a idade mínima de 18 para 16 anos (com autorização do responsável) e aumentou de 67 para 69 anos a idade máxima para doação de sangue no País.

Alguns estados como São Paulo e o Distrito Federal fornecem vantagens para os doadores regulares de sangue. Existem leis que isentam da taxa de inscrição os doadores de sangue que quiserem prestar concursos públicos realizados pela Administração Direta, Indireta, Fundações Públicas e Universidades Públicas do Estado.

Disponível em: http://www.blog.saude.gov.br/35615-a-importancia-da-doacao-regular-de-sangue.html

Texto 2

Os estoques de sangue estão acabando nos hospitais e hemocentros de todo o Brasil, Para incentivar a doação, está no ar a campanha "Junho Vermelho", que nós apoiamos. Em todo o país, vários monumentos foram iluminados na cor vermelha durante esta semana para lembrar a população a respeito da importância da doação de sangue. Neste período, em que, com férias escolares e, em algumas regiões, inverno rigoroso, é comum o número de doadores diminuir muito - isso mesmo sendo um período de grande demanda por causa das festas juninas, tanto

por causa do grande movimento nas estradas quanto por causa de acidente com fogos.

No Brasil, os doadores correspondem a apenas 1,9% da população, mas a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que 3% a 5% dos habitantes de um país sejam doadores. Nesse período é comum o número de doadores cair até 30%.

Disponível em: http://www.cesar.org.br/pressreleases/15/06/2016/junho-vermelho-incentiva-a-doacao-de-sangue'

Texto 3

Realmente o brasileiro ainda não tem a consciência da importância da doação. Aqueles que já precisaram de transfusão de algum hemocomponente para si ou para pessoas de sua família passam a compreender a necessidade de realizarem doações periodicamente. A mudança desta cultura somente se faz através da conscientização e da educação dos jovens. Existem vários projetos, em vários serviços do país, da educação para doação nas escolas. Ao conseguir sensibilizar as crianças e jovens sobre a importância de doadores consegue-se pequenos captadores em suas famílias e futuros doadores. Acredito que esta é a principal ação que devemos fazer para a mudança dessa cultura. Mas até conseguir esta mudança, campanhas direcionadas para o público adulto se fazem necessárias para que os estoques dos serviços se mantenham adequados. As campanhas de captação de doadores devem também sensibilizar aqueles adultos que ainda não compareceram a um serviço para realizar a doação. E também aqueles que já doaram, para se tornarem doadores fidelizados.

Junia Mourão Cioffi, diretora de comunicação da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular, a ABHH
Disponível em: http://www.labnetwork.com.br/destaque/entrevista-junia-m-cioffi-da-abhh-fala-sobre-o-panorama-das-doacoes-de-sangue-no-brasil/

Texto 3

No Dia Mundial do Doador de Sangue, celebrado nesta terça-feira (14), a polêmica em torno da doação por homossexuais volta à discussão no cenário mundial. Isso porque, após atentado à boate gay em Orlando (EUA), no último domingo (12) – que culminou com 50 mortos e 53 feridos – muitos homossexuais, dispostos a ajudar, se viram impedidos por infringir as regras norte-americanas.

Nos Estados Unidos, a legislação diz o mesmo que as normas do Brasil: "homens que tenham mantido relações sexuais com outro homem no último ano não podem doar". A determinação faz com que, na prática, integrantes desse grupo sejam impedidos de fazer a doação.

Uma campanha lançada em abril deste ano pela agência de publicidade Africa, em parceria com a ONG internacional All Out, quantificou em uma fila virtual o reflexo dessas regras. Contabilizando - por meio de uma enquete online - homens homossexuais que gostariam de doar sangue e não podem, a Wasted Blood tem uma lista de 215.301 doadores em uma fila de espera fictícia.

Segundo a campanha, os possíveis doadores têm, em sua maioria, entre 25 e 50 anos e poderiam ajudar 863.604 pessoas com um estoque simbólico de 97.155 litros de sangue.

A regra de abstinência sexual de um ano para os homossexuais interessados em doar sangue é nova em solo norte-americano. Ela vale desde 2015, quando o FDA (Agência Federal de Drogas e Alimentos), órgão que equivale à Anvisa brasileira, derrubou a norma que bania homens gays de doar sangue por toda a vida e publicou as novas determinações similares às brasileiras. Para os brasileiros, por sua vez, a regra já vale desde 2004.

Voltada ao tema, a campanha Igualdade na Veia, criada pelo Grupo Dignidade, já reúne mais de 19 mil assinaturas em petição online contra a regra vigente no Brasil. "Não é a orientação sexual que deve eliminar um doador, mas sim o seu comportamento de risco, independentemente se falamos de héteros ou homossexuais", avalia Toni Reis.

Disponível em: http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/06/dia-mundial-do-doador-de-sangue-polemica-envolve-doacoes-de-homossexuais-no-brasil

Texto 4

Disponível em: https://www.greenme.com.br/informar-se/3563-dia-mundial-do-doador-de-sangue-2016-obrigado-por-salvar-minha-vida

MODELO DE REDAÇÃO

Segundo o escritor Franz Kafka, a solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana. Nesta perspectiva, um simples auxílio pode transformar e salvar várias vidas, como aconteceu após o deslizamento do Morro do Bumba, em Niterói, em 2010. Centenas de pessoas se prontificaram a enviar água e mantimentos àqueles que perderam tudo com a chuva. No entanto, em outros casos, há empecilhos que dificultam o processo de ser solidário, como acontece em relação à doação de sangue no Brasil.

Primeiramente, a falta de informação corrobora para o desconhecimento sobre a importância de doar sangue. As campanhas publicitárias não são frequentes e, sem uma maior divulgação à população, o número de doadores faz-se menor do que a real demanda. No estado da Bahia, por exemplo, nos meses de fevereiro e junho, há grande concentração de eventos, como o Carnaval e as Festas Juninas, por conseguinte, maior ingestão de bebidas alcoólicas e motoristas embriagados, o que faz com que os acidentes no trânsito aumentem. Assim, a exposição deste problema pelos meios de comunicação e o incentivo a novos doadores ainda são escassos.

Além disso, a doação de sangue feita por homens homossexuais é um obstáculo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), os cidadãos que têm relações homoafetivas constituem o chamado “grupo de risco”, pois, nos anos 80, houve o auge da epidemia do vírus da HIV. Neste sentido, o Brasil exclui a doação de homossexuais que tenham realizado sexo até o prazo de 12 meses. Entretanto, a orientação sexual não pode ser o critério de seleção, mas sim a condição de saúde dos indivíduos, uma vez que a Aids também é transmitida por heterossexuais. Com isso, tal grupo fica à margem de exercer a solidariedade e salvar vidas.

Deve-se, então, superar as barreiras que interferem na doação de sangue. Portanto, a mídia tem papel imprescindível na exposição de dados informativos sobre as campanhas de sangue, seja na televisão e internet, seja em áreas físicas, como outdoors. Logo, os cidadãos seriam incentivados a exercerem a solidariedade. Ademais, o governo, em parceria com a OMS, deveria alterar as leis que excluem os homossexuais da doação e investir em aparatos tecnológicos que controlem com maior rigor os grupos sanguíneos, para avaliar se o indivíduo é portador de alguma doença e averiguar a qualidade do sangue. Dessa forma, o número de voluntários aumentaria e ajudaria aos pacientes que carecem de transfusão sanguínea.

TEMA 23

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Alimentação irregular e obesidade no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Esta é para deixar pais e especialistas de cabelo em pé: a obesidade infantil aumentou cinco vezes nos últimos 20 anos e hoje atinge cerca de 15% dos baixinhos brasileiros, ou cerca de 5 milhões de crianças. Quem garante é a Sociedade de Pediatria de São Paulo. Dados do gênero explicam por que todos apontam o dedo para a dobradinha hambúrguer e batata-frita, ícones da chamada 'comida trash', que a garotada devora num piscar de olhos.

A boa notícia é que uma luz de esperança começa a brilhar nesse cenário tão sombrio. Em resposta à acusação, o cardápio dessas fábricas de delícias gordurosas está abrindo espaço para itens praticamente impensáveis há alguns anos, como saladas, sucos, grelhados, queijinhos e até frutas. O movimento é mais forte nos Estados Unidos, mas felizmente a tendência já está desembarcando por aqui, mesmo que timidamente. "Devido aos altos índices de obesidade e de doenças crônicas, essa providência, mais do que desejável, é necessária" opina a nutricionista ituveravense Viviane de Souza Ribeiro Sandoval, responsável pela merenda escolar do município de Buritizal e que atende na clínica Longevitá. Segundo ela, a alimentação um pouco mais saudável nos fast food é apenas um começo, mas, segundo a especialista, ainda não é o suficiente. "Precisamos de campanhas de educação alimentar para pais e filhos", disse Viviane.

Disponível em: http://www.tribunadeituverava.com.br/

Texto 2

Paola Flores, que pede frango frito em um restaurante de comida rápida na capital da Colômbia, é um dos milhões de latino-americanos que lutam com a obesidade, uma epidemia que castiga a região mais duramente do que outras áreas em desenvolvimento no mundo. Mais de 56% dos adultos latino-americanos estão

acima do peso ou obesos, em comparação com uma média mundial de 34%, de acordo com um relatório do Instituto de Desenvolvimento do Exterior, divulgado no ano passado.

O problema crescente costuma afetar principalmente os mais pobres na sociedade, e traz o risco de sobrecarregar os sistemas de saúde pública da América Latina e reduzir os ganhos econômicos no longo prazo, dizem os especialistas. Desde 1991, o número de pessoas que passam fome na América Latina caiu quase pela metade, de 68,5 milhões para 37 milhões em dezembro. Embora a região seja a única que está no caminho certo para atingir as metas da ONU sobre a redução da fome até 2015, muito menos atenção tem sido dada ao combate à obesidade.

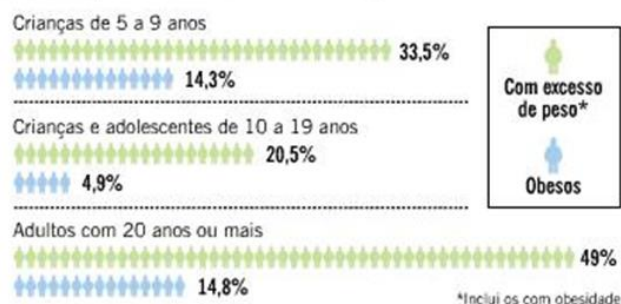
Na década passada, as economias de rápido crescimento impulsionadas pela expansão no consumo de matérias-primas, incluindo o México, Colômbia e Brasil, têm visto uma classe média em ascensão com um gosto por alimentos processados que são mais ricos em sal, açúcar e gordura. Benefícios em forma de transferências monetárias, adotados por alguns dos governos de esquerda da região, particularmente o Brasil, fazem com que as pessoas tenham mais dinheiro para gastar com comida. Os governos e os programas de nutrição agora precisam se concentrar em garantir que as pessoas comprem mais alimentos ricos em fibras e proteínas, tais como frutas e legumes, disseram autoridades da ONU.

A obesidade é a doença crônica que mais cresce, matando 2,8 milhões de adultos a cada ano. Condições relacionadas com a obesidade, incluindo diabetes e doenças do coração, agora causam mais mortes do que a fome, de acordo com o Fórum Econômico Mundial.

"A rápida elevação dos índices de obesidade na América Latina e no mundo traz enormes desafios sociais e coloca um grande fardo sobre os indivíduos afetados, bem como a economia e os sistemas de saúde pública no mundo", disse Florencia Vasta, especialista na Aliança Mundial para Melhor Nutrição. Costa Rica, Uruguai e Colômbia introduziram medidas para promover a alimentação saudável nas escolas, enquanto o Equador adotou controles na rotulagem de alimentos.

Disponível em: http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/02/america-latina-enfrenta-epidemia-de-obesidade-apos-luta-contra-fome.html

Texto 3

A população com sobrepeso

MODELO DE REDAÇÃO

Solidificação urgente

“Eu acredito que podemos mudar o mundo através da alimentação”. A frase é de Bela Gil, chef e nutricionista, fundamentando a escolha de sua dieta em meio a tanto desequilíbrio nutricional. De fato, a sociedade atual, acelerada e sintética, está recheada de problemas relacionados à má alimentação e, principalmente, ao peso excessivo. Nesse sentido, em um contexto em que o tempo engole o homem, a preferência por uma alimentação irregular parece até aceitável, mas não inteligente, uma vez que a obesidade, neste cenário, surge como um dos menores efeitos.

Em primeiro lugar, é importante analisar o sucesso de uma refeição nada benéfica. Vítima da aceleração do mundo moderno, a alimentação tem se resumido a produtos industrializados e aos famosos fast-foods, não tão saudáveis e pouquíssimo nutritivos. Adaptando a ideia de modernidade líquida de Zygmunt Bauman, parece que, hoje, o prazer imediato e o pouco cuidado com o futuro têm sido prioridade na vida do indivíduo brasileiro, que, em todo o tempo, prefere o mais rápido – e, de certa forma, mais saboroso – e deixa de lado o que pode, de fato, alimentá-lo. Diante deste fator, surgem diversas consequências que evidenciam ainda mais as características do mundo atual.

Dentre esses efeitos, o que parece se destacar mais é a obesidade. Sabe-se, porém, que esse excesso é apenas o início de uma variedade de problemas que, em conjunto, podem prejudicar ainda mais o indivíduo. De acordo com o Ministério da Saúde, o número de pessoas acima do peso no Brasil já é maior do que a metade da população, atingindo 52% em 2015. O mais preocupante, entretanto, são os frutos desse problema: além de desequilíbrios psicológicos, como a bulimia, o sobrepeso abre caminho para a hipertensão, a diabetes e muitas outras consequências físicas que podem trazer resultados trágicos. Percebe-se, então, certa urgência na adoção de medidas que trabalhem esses problemas e seus efeitos.

Torna-se evidente, portanto, a existência de uma refeição nada regular e uma necessidade de se tratar tal dificuldade, de modo que as suas sequelas sejam cada vez menores. Em um contexto de reeducação alimentar, a escola tem um papel fundamental, com palestras de nutricionistas e até aulas de gastronomia, a fim de começar a tratar o problema desde a base, com conscientização. A família e a mídia também podem trabalhar a valorização da comida saudável por meio de conversas, debates e campanhas. Só assim, tratando causas e minimizando efeitos, será possível enxergar a alimentação, de fato, como um ingrediente nas transformações de que a liquidez atual precisa.

TEMA 24

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **Dengue, Zika, Chikungunya: por que o Brasil não consegue acabar com o Aedes Aegypti?** redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

De oswaldo.cruz.edu para dilma@gov

Senhora,

Estive ontem com o doutor Adib Jatene, e ele contou que a participação do banco BTG Pactual na rede de hospitais D'Or estaria sendo vendida por algo como R$ 2 bilhões. Nesse caso, o negócio todo vale uns R$ 20 bilhões. Puxamos pela memória e vimos que o Brasil deve ter uns quatro bilionários (em dólares) que fizeram fortuna no setor de saúde. Estranha estatística. No Brasil, os bilionários são donos de hospitais ou atuam na área da saúde. Nos Estados Unidos, os bilionários dão nome a hospitais que lembram suas atividades filantrópicas. O Langone e o Sloan Kettering Memorial, em Nova York, por exemplo.

Seria de supor que a saúde no Brasil estivesse muito bem, porque em 1892, quando me formei em Medicina, não havia dono de hospital rico. Nem quando o Jatene se diplomou, em 1953. As coisas aí vão de pior a péssimas. Se vos faltasse alguma desgraça, o Brasil tem uma nova epidemia, transmitida pelo meu velho conhecido, o mosquito Aedes aegypti.

Ele empesteava o Rio de Janeiro no início do século XX, transmitindo a febre amarela. Tive mão forte do presidente e fumiguei a cidade. Não se empregavam apaniguados na saúde pública. O conselheiro Rodrigues Alves nomeou um médico sem consultar-me. Levei-lhe minha demissão, e ele desfez o ato.

A relação entre o mosquito, o vírus zika e complicações neurológicas foi sugerida em 2013. No sábado passado, o seu Ministério da Saúde anunciou que o zika matara uma criança no Ceará e reconheceu a suspeita de que tenha provocado 1.248 casos de microcefalia em bebês. Disparou-se um mecanismo neurastênico,

como se a calamidade estivesse no vírus. Ela não está no zika, mas na saúde pública.

O seu diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis disse o seguinte: “Não engravidem agora.” Bem que a senhora poderia avisar às brasileiras quando a gravidez deixará de ser arriscada. Levado ao pé da letra, meu colega extinguirá nossa população.

O zika provoca distúrbios neurológicos em adultos, homens, mulheres e mesmo em bebês. Alguns podem ser leves, outros, graves. Desde o ano passado, havia médicos trabalhando com a informação de que o vírus chegara ao Brasil. Ele estava aí, e posso lhe dizer que no primeiro semestre um paciente nordestino foi diagnosticado, até mesmo em São Paulo, com diversas suspeitas, menos zika. Era.

Isso é produto do descaso de um sistema de saúde onde os mosquitos parecem fazer parte do mundo dos pobres. O Aedes continua transmitindo dengue. Neste ano, já pegou 1,5 milhão de brasileiros, e esse número virou uma simples estatística. É elementar que o zika atingiu também adultos, diagnosticados sabe-se lá com o quê.

Haverá quem pense que os clientes de hospitais de bilionários estarão livres do risco. É verdade que existem doenças de pobres, mas o Aedes não trabalha com reserva de mercado. O problema está onde sempre esteve: no mosquito e na ideia de que ele só pica pobre. Ele nos trará mais surpresas.

Termino com um pedido: Troque o nome de todas as ruas que levam o meu nome para “Rua do Mosquito”. Enquanto ele matar brasileiros, o venerável Instituto Oswaldo Cruz terá o nome da praga: “Instituto Aedes Aegypti”. Assim, em vez de exaltar uma glória que não temos, lembraremos de um problema que não resolvemos.

Saúda-a o patrício,
Oswaldo Cruz.
Elio Gaspari

Texto 2

Como podemos destacar o papel do poder público no combate ao mosquito, já que essa epidemia não é uma coisa nova? Onde está o erro?
O erro está no modelo de desenvolvimento econômico que o brasil adotou a 500 anos. Não é um erro do gestor atual, mas deste processo de desenvolvimento econômico, que privilegia o crescimento urbano acelerado e desorganizado sem o devido suporte dos instrumentos necessários para atender a população, como, por exemplo, coleta regular de resíduos sólidos, fornecimento de água de modo regular para consumo doméstico e a própria distribuição geográfica de vários espaços.

No combate ao Aedes aegypti, a educação da população também é um fator a ser explorado?

Sim, mas não a educação de ensino regular. Veja só, se você andar pela rua, vai cansar de ver gente jogando latinha fora do lixo. Enquanto persistir isso, não tem solução. A gente tem que se conscientizar. O brasileiro tem isso de se apegar a ilusões, só que a realidade nos confronta. Sabe o jogo do Brasil com a seleção alemã, o 7 a 1? Então. Nós estamos brincando de controlar o Aedes aegypti nesses trinta anos que tem dengue no Brasil. Tem todo esse tempo e nós estamos perdendo de 7 a 1 na luta contra esse mosquito. Nós estamos usando uma estratégia que não está dando certo. É claro que uma coisa ou outra, prefeito A ou prefeito B, uma greve na coleta do lixo, enfim, podem contribuir para a situação. Mas, para além disso temos que refletir o que está no cerne da questão, se é que queremos resolver o problema.

http://www.politicadistrital.com.br/2015/12/14/ estamos-brincando-de-combater-o-aedes-aegypti-diz-infectologista-da-fiocruz/

Texto 3

MODELO DE REDAÇÃO

Nos últimos meses, a nação brasileira tem vivido um estado de verdadeira calamidade pública. Transmitidas pelo Aedes Aegypti, diversas doenças têm atormentado a população de nosso país, em especial as mulheres grávidas. De fato, muito mais do que apenas causar febre, cansaço ou mal estar, o mosquito está diretamente ligado ao enorme número de recém-nascidos com microcefalia. Tudo isso, para além das questões de ordem médica e biológica, tem levantado um importante problema social e político: a ineficiência do Brasil, depois de tantos anos, nessa luta.

Em entrevista coletiva no último mês, a presidente Dilma Rousseff confirmou a ideia do ministro da saúde e admitiu que "estamos perdendo a luta contra o mosquito". Diante dessa situação de impotência, a justificativa mais imediata e tentadora é a de culpar o Estado. Seria natural apontar a incompetência do Poder Público na gestão das unidades de saúde, a corrupção que desvia dinheiro da área, a falta de apoio a importantes pesquisas voltadas para o combate ao mosquito. Nesse sentido, argumentos não faltariam para dar base à afirmação do Governo Federal. A questão é: estaria realmente aí o nó do problema?

Na verdade, a questão da saúde não está na simples ineficiência do Estado, mas na ideia de que cabe ao Poder Público resolver tudo. De fato, criou-se a convicção de que os serviços deveriam ser garantidos a todos de forma gratuita e de qualidade. Idealmente, o setor privado se tornaria supérfluo pela completa eficiência do SUS. Na prática, uma vez que esse mundo utópico nunca se realiza, o que paira no ar é a certeza de que o governo deve absorver o máximo possível dos serviços e, portanto, de que cabe ao Estado fazer de tudo para que o mosquito não se alastre.

Essa centralização da saúde no poder público, porém, é inaceitável: ela sufoca a iniciativa da sociedade civil e a deixa refém de burocratas do Estado. Com efeito, embora seja crucial que o Estado realize políticas públicas de saúde, tais ações sempre terão um caráter subsidiário, complementar. O poder político só deve pôr as mãos naquilo que a sociedade civil não dá conta por si só.

É evidente, portanto, que a maneira eficaz de combater o mosquito não está em exigir que o Estado concentre todos os esforços, mas sim garantir meios para que os cidadãos assumam o protagonismo nesta luta. Isso pode ser conseguido ensinando técnicas de combate ao mosquito em cada casa, criando programas de subsídio para que os planos de saúde forneçam serviços a populações carentes, estabelecendo parcerias público-privadas, e premiando com quantia significativa os pesquisadores que obtiverem comprovado sucesso no estudo do Aedes Aegypti. A

curto prazo, a ação direta do Estado é essencial, mas, no médio e longo prazo, só o protagonismo da sociedade civil pode render frutos.

TEMA 25

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Desastres ambientais: qual o preço do desenvolvimento?**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Vários crimes contra a natureza são dolorosamente memoráveis. O primeiro a chamar atenção mundial foi a destruição atômica em Hiroshima e Nagasáki, no Japão, que matou pelo menos 150 mil japoneses e deixou o ambiente local radioativo por décadas. Outra tragédia nuclear, a explosão de um reator na usina de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, tirou a vida de 10 mil pessoas e afetou milhares de quilômetros de florestas. Outras tristes lembranças são os derramamentos de óleo no mar do Alasca, em 1989, e na costa espanhola, no ano passado. Ou o vazamento de gases tóxicos em Bhopal, na Índia, em 1984, considerado o pior acidente químico da história. Em nosso mosaico de desastres ecológicos, entraram fatos causados pelo homem que provocaram grande dano à natureza em um curto espaço de tempo.

"São catástrofes sérias por causa das perdas de vidas, mas são desastres pontuais. As verdadeiras tragédias ambientais ocorrem durante décadas e destroem ecossistemas locais", afirma a naturalista Dejanira de Franceschi de Angelis, professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP). Exemplos disso são o avanço do buraco na camada de ozônio ou do efeito estufa, que podem comprometer a vida no planeta. Ou ainda o desmatamento das florestas brasileiras. Nos 503 anos de colonização, a Mata Atlântica perdeu 93% de sua cobertura original. Em um tempo bem menor - cerca de 30 anos - sumiram 20% da área da Amazônia e 80% do cerrado. "Esse último ecossistema deve levar milhões de anos para se recompor", diz o biólogo José Maria Cardoso da Silva, da ONG Conservation International.

Disponível em: http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quais-foram-os-maiores-desastres-ecologicos-do-mundo)

Texto 2

Texto 3

Não é inesperado o que aconteceu em Mariana. Primeiro, pelos alertas dados pelo Ministério Público de Minas Gerais e por especialistas; segundo, porque a mineração é uma atividade altamente agressiva e de elevado risco ambiental. A Vale está fazendo furos e deixando rejeitos em Minas Gerais há 70 anos. Não pode, diante de um desastre dessa proporção, soltar uma nota lacônica como se não fosse sua obrigação agir imediatamente.

A atividade mineradora no mundo inteiro tem uma série de procedimentos já consolidados ao longo do tempo para prevenir e mitigar desastre. Neste caso, se vê, a cada novo passo da investigação, que as empresas foram displicentes na prevenção e não demonstraram ter um plano de ação preparado para o caso de desastre. Prevenção e mitigação de danos é o mínimo que se pode exigir de empresa que lida com atividade de alto risco.

Disponível em: http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/vale-de-lama.html

Texto 4

“Foi um acidente” — dizem. Acidente é quando o freio falha e um carro bate contra outro. Acidente é quando alguém escorrega numa casca de banana e cai de costas. Grandes desastres ambientais, como os que ocorreram em Chernobyl, em Fukushima, em Bhopal ou em Minamata, não são acidentes. São o resultado quase inevitável de políticas públicas equivocadas ou de estratégias privadas gananciosas, ou de ambas as coisas.

Impressionou-me o depoimento de uma mulher do povo Krenak: “O rio já sabia que ia ser morto”, disse ela: “Quando a sujeira veio, ele foi subindo chorando, fazendo barulho. E minha mãe chorando junto”. Se o rio conhecia o seu destino, quem o matou também deveria conhecer — e com décadas de avanço.

Disponível em: http://oglobo.globo.com/cultura/lamento-por-um-rio-18113116

MODELO DE REDAÇÃO

José de Alencar e outros autores do romance indianista nos fizeram conhecer e entender a relação do índio com a natureza: subsistência, exploração saudável e freada, cooperação. Esse modo de se utilizar da fauna e da flora, no entanto, não é o mais prevalecente no mundo, já que o homem, desde muito antes de essas histórias serem contadas, tem para si duas únicas palavras-chave: desenvolvimento e lucro. A fim de satisfazer essas necessidades inventadas, viemos explorando, desenfreada e irresponsavelmente, a natureza, sem pensar que – um dia – a humanidade pode ser engolida por essas ações, como recentes acontecimentos vêm sugerindo.

Primeiramente, é preciso compreender de que maneira ocorre a exploração de bens naturais. Viemos retirando do meio ambiente muito mais do que necessitamos, muito mais do que o imprescindível para a vida, isso porque nosso modo de viver está intimamente associado ao que é supérfluo. Se necessitamos, por exemplo, de certa quantidade de madeira para a construção de utensílios básicos, encontramos uma maneira de inventar algo de que não precisamos verdadeiramente e acabamos extraindo muito mais do que a quantidade inicial. Essa é, então, uma exploração totalmente irresponsável.

Nada disso, porém, seria tão prejudicial se tivéssemos consciência e o mínimo de preocupação com a prevenção de desastres. Falta-nos entender que a natureza não é totalmente autorrenovável e que, mesmo se fosse, ela não teria uma força de regeneração diretamente proporcional à nossa capacidade de degradação. Precisamos extrair menos, de forma consciente, para ajudar esse processo natural e agir ativamente para reparar os danos que fazemos. Além disso, é necessário que tenhamos discernimento e que sejamos consequentes ao nos utilizarmos do meio ambiente, para que verdadeiras tragédias, como o recente rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais, não voltem a acontecer. Isso é possível com um planejamento de prevenção.

Fica evidente, portanto, que o jeito com que conduzimos as coisas até agora precisa ser mudado. Já que o caminho mais certo – o de mudar nosso modo de vida e, por consequência, de consumo – é, também, o mais árduo e demorado, deveríamos, pelo menos, nos preocupar com a extração consciente e com preparo contra desastres. Para isso, instituições internacionais, como a ONU, deveriam, juntamente a organizações como a União Europeia e os BRICS, pensar em políticas públicas de regulamentação sobre a utilização dos recursos naturais, além de desenvolver medidas punitivas aplicáveis a empresas ou Estados responsáveis por acidentes. A responsabilidade é a palavra-chave que, de fato, devemos seguir.